



EDISE

Expediente

Editor

Amaral Cavalcante

Produção

Cândida Oliveira

Design Gráfico

Germana Araújo

Clara Macedo

Gabi Etinger

Liz Carvalhal

Revisão

Yuri Gagarin

Cândida Oliveira

Coordenador de Pré-impressão

Marcos Nascimento

Gerente Editorial

Jeferson Melo

Colaboradores - Neste Número

Charlotte Borges (jornalista) • Rian Santos (jornalista) • Antônio Passos (jornalista) • Germana Araújo (designer gráfico) • Jozailto Lima (jornalista) • Camila Santos (jornalista) • Raimundo Sotero (poeta) • José de Almeida Bispo (acadêmico) • Clóvis Barbosa (colaborador)

Cumbuca

Ano VII | Número 24

cumbuca@segrase.se.gov.br

(79) 3205-7421/7400

Rua Propriá, 227 - Centro

Aracaju - SE

CEP: 49010-020



Governo do Estado de Sergipe

Governador

Belivaldo Chagas Silva

Secretário de Estado de Governo

José Carlos Felizola Soares Filho

Secretário de Estado da Comunicação

José Sales Neto



Serviços Gráficos de Sergipe

Diretor-Presidente

Ricardo José Roriz Silva Cruz

Diretor Industrial

Milton Alves

Diretora Administrativa Financeiro

Maria das Graças Souza Garcez

A Revista Cumbuca não se responsabiliza por conceitos emitidos nas matérias assinadas.

Cumbuca conta com o apoio da Secretaria de Comunicação Social do Governo do Estado de Sergipe.

carta ao leitor

Início do terceiro trimestre do ano 2019 está quase acabando e uma nova revista Cumbuca chega a suas mãos, caro leitor. Nesta edição partimos para o rio Sergipe e ‘matamos’ a saudade do To-ToTo. Era bem mais singelo chegar à Barra dos Coqueiros nessas embarcações. Confesso ser bem mais prazeroso tocar a água salgada e sentir no rosto a brisa leve durante a travessia. O ToToTo ainda existe, mas é pouco procurado pela população.

Conhece o grupo teatral Boca de Cena? Criado no conjunto Bugio em Aracaju, utiliza a linguagem do teatro popular para alcançar o grande público. Durante a leitura deixe a vibração do grupo Burundanga Percussivo acelerar seu coração. Pedrinho Mendonça é o maestro desse sortimento de vivências e batuques.

Germana Araújo trata do processo criativo e a representação feminina no cenário do design gráfico. O jornalista Jozailto Lima gentilmente cedeu a entrevista que fez com Mário Britto para seu portal JLPolítica. O mercado sergipano de artes plásticas é tema do pingue-pong. A rádio Aperipê AM completa 80 anos e sua história está registrada nas próximas páginas.

Nas páginas da Cumbuca conheça também a poesia de Raimundo Sotero. E em outro artigo a ‘lenda da prata de Itabaiana’ tira o foco do ouro da Princesa da Serra. A revista encerra homenageando o centenário (se vivo estivesse) de Renato Mazze Lucas, o contador de histórias baiano que escolheu Sergipe para construir uma bela história de vida.

Boa leitura

Amaral Cavalcante -Editor



Capa:
As cores do espelho
(barcos em Pirambu)
Arthur Leite



Tototós: Transporte, cultura e tradição
fluvial de Sergipe
Charlotte Borges

Teatro no olho da rua
Rian Santos

Burundanga Percussivo: Sortimento de
vivências e batuques
Antonio Passos



28

A personalidade artística no
design editorial
Germana de Araujo



Mário Britto e o Mercado Sergipano de
Artes Plásticas
Jozailto Lima

38

46



Rádio Aperipé AM chega aos 80 anos
Camila Santos



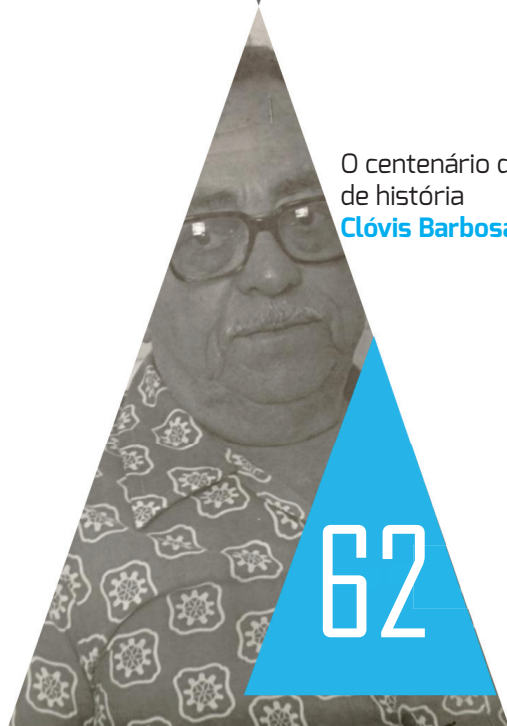
52

56

Poesias
Raimundo Sotero de Menezes



400 anos de lendas e mitos: a construção
da sergipanidade e a prata de Itabaiana
José de Almeida Bispo



O centenário de um contador
de história
Clóvis Barbosa

62

TOTOTÓS:

TRANSPORTE, CULTURA E TRADIÇÃO FLUVIAL DE SERGIPE

Texto e fotos: Charlotte Borges

Às margens do rio e dos seus afluentes, o vai e vem das tototós com suas diversas cores configuram o cenário do Rio Sergipe no trajeto Aracaju até Barra dos Coqueiros. É nas águas desse Sergipe de rios de memórias e patrimônios que vidas se entrelaçam cotidianamente, como os nós dados pelos popeiros ao atracar as embarcações em seu leito.

Introduzidas na região estuária do rio Sergipe, em meados do século XX, as tototós resistem até hoje como o mais importante meio de transporte e tradição entre as localidades da Ilha de Santa Luzia

e a Capital Aracaju. Esse tipo de transporte fluvial, assim como canoas, barcos e saveiros, eram na época a única ligação entre os municípios e fundamentais para as atividades socioeconômicas.

Moradores da Barra do Coqueiros e da atual Atalaia Nova vinham a Aracaju, tanto para comercializar sua produção agrícola e fazer compras quanto para atividades de lazer. Em todas essas situações, as tototós possibilitaram que as pessoas cruzassem as bacias hidrográficas do Estado, garantindo-lhes a liberdade de ir e vir.



Arquivo do Jornal de Sergipe

As tototós, como as conhecemos hoje, são o resultado das transformações provocadas pela introdução de novas estruturas nas canoas. Como o motor de popa, cujo barulho repetitivo deu origem ao próprio nome tototó, e a cabine ampliada, que proporcionou mais conforto para os passageiros, protegendo-os do sol e da chuva.

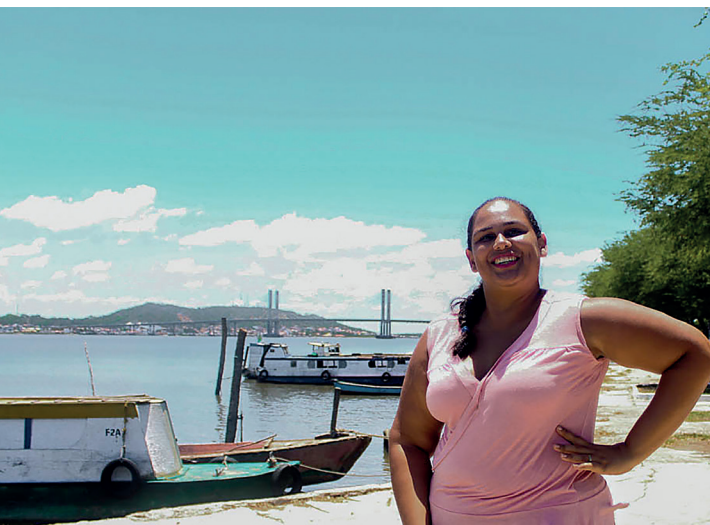
Com o desenvolvimento do comércio e o crescimento da empregabilidade local em Aracaju, o número de canoas atravessando o rio Sergipe levando e trazendo trabalhadores era expressivo. Na década de 1980, essas canoas começaram a concorrer com as lanchas maiores da empresa Sergiportos, que eram mais rápidas, mais estruturadas e que possuíam capacidade para conduzir um número maior de passageiros. Mas a disputa não durou muito tempo. Com o término dos serviços prestados pela antiga Sergiportos, as lanchas tanto para a Barra dos Coqueiros como para a Atalaia Nova foram retiradas, deixando assim o transporte fluvial apenas para as tototós.

O professor e historiador Marcos Vinícius, morador na época da Barra dos Coqueiros, vivenciou todo esse processo de mudanças e relata: “Eu tive a oportunidade de morar na Barra dos Coqueiros, mais precisamente no conjunto Prisco Viana no final da década de 1980 e início dos anos 1990. Como não existia transporte coletivo rodoviário para Aracaju, até porque não existia a Ponte Construtor João Alves, e excetuando a via fluvial, a única saída da Ilha de Santa Luzia, se dava através da rodovia estadual que liga até o município de Santo Amaro das Brotas. Dessa forma, a maneira mais

rápida e eficiente para chegar à capital era atravessando o rio Sergipe. O transporte era feito não somente pelas canoas tototós, mas existia as lanchas da Sergiportos, que possuíam um horário rigoroso de saída dos atracadouros. Paralelo a essa opção, as tototós ficavam de maneira mais disponível, quanto a horário, saindo quando completava a sua lotação. Era comum os passageiros perceberem que a lancha demoraria mais de 10 minutos para sair, muitos se apressavam e lotavam a canoa que saía antes da lancha”.

Atualmente, com a construção da ponte construtor João Alves Filho, ligando os municípios de Aracaju-Barra, as tototós deixaram de ser as protagonistas como o único meio de transporte nesse trajeto, perdendo lugar para o transporte urbano, principalmente os ônibus. Essas mudanças geraram fortes impactos às tototós, seja no aspecto do fluxo de pessoas até a manutenção da sua tradição sem qualquer investimento por parte dos órgãos governamentais.

Assim como relata Mary Almeida, fundadora e coordenadora da Astototós (Associação de Canoeiros e Usuários das Tototós do Estado de Sergipe) “Depois da presença da ponte eu comecei a ver que isso de fato financeiramente afetou não só minha família, mas toda as outras famílias, e ao ver meu pai chorando, ao ver a situação em que ele se encontrava financeiramente e a questão também da estrutura familiar afetada, eu disse pra mim que já que eu podia fazer trabalhos voluntários na minha cidade, na minha comunidade eu tinha por obrigação também lutar por aquilo que me fez chegar até onde eu cheguei”.



Mary Almeida

AS TOTOTÓS E A RESISTÊNCIA DA TRADIÇÃO

A associação “Astototós” vem atuando como sinônimo de resistência, com o objetivo da promoção socioambiental, cultural e econômica, busca manter viva a tradição das tototós no desenvolvimento de suas atividades. A partir de projetos e trabalhos com ONGs voltados à educação ambiental, Mary Almeida junto aos canoeiros, lutam pela valorização do ofício, buscando por espaços físicos, como a construção de um ecomuseu para a recepção de pesquisadores, alunos e turistas, e a permanência física da associação: “A gente alugou um espaço, mas antes eles não tinham uma sede, a gente fazia reuniões dentro de uma embarcação, na beira do rio, muitas vezes a gente conseguia um espaço dentro da igreja Católica que sempre esteve de portas abertas para nos receber, por exemplo”, relata Mary.

A antiga associação dos proprietários de Canoas e Transporte de passageiros e fretes de Barra dos Coqueiros, mais conhecida

como Associação das Tototós, foi fundada em 18 de dezembro de 1989. Porém tinha uma estrutura bastante frágil e apresentava vários conflitos. Foi através do Projeto de Lei N.º 20/2018, que a associação foi declarada de utilidade pública, o projeto foi aprovado pela Câmara Municipal da Barra dos Coqueiros.

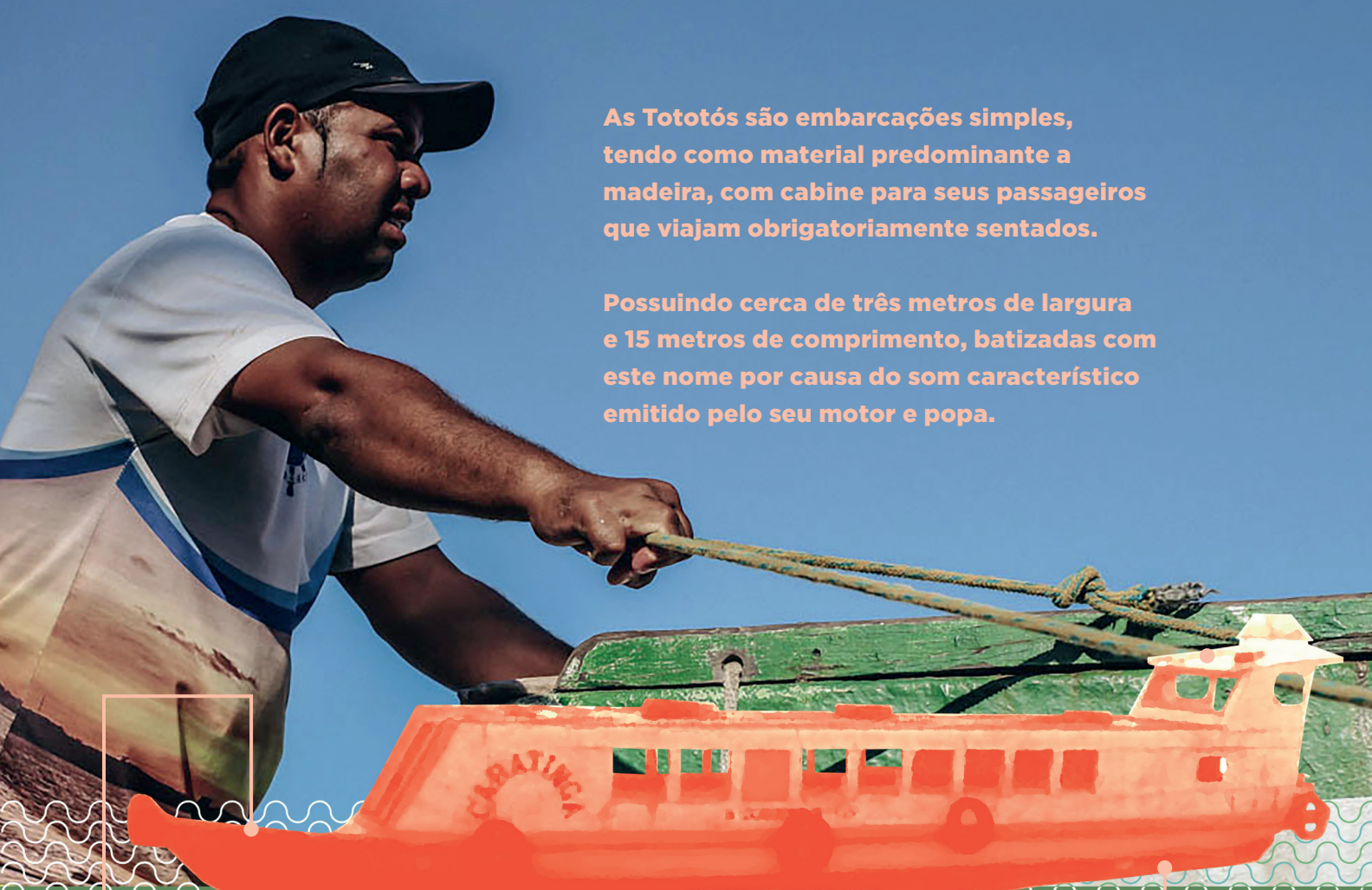
O OFÍCIO

De acordo com a Astototós atualmente existem 20 embarcações em uso, divididas em duas equipes, uma por dia – realizando o transporte pelo Rio Sergipe das 5h45 até às 19h, no sábado até às 16h e no domingo até meio dia. Para além das atividades de transporte, os canoeiros utilizam as tototós nos dias de inatividade das embarcações para fazer passeios turísticos e transportar cargas de pequeno porte como uma forma de garantir um dinheiro extra.

Os canoeiros também cumprem um papel de carpinteiro na manutenção das suas próprias embarcações, elas são distintas em cores, tamanhos e modelo naval. A embarcação nomeada de Sergipe Star tem um tamanho maior das demais e cor neutra, trazida das águas do Rio São Francisco, já passou por várias modificações.

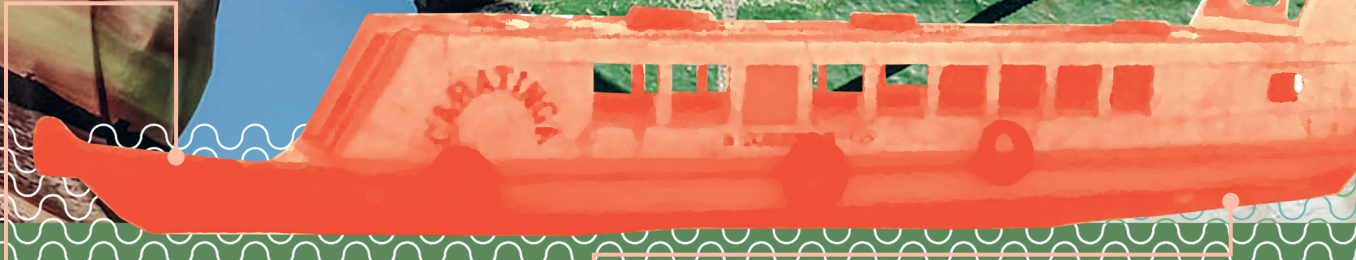
Por ser um ofício transmitido de geração para geração existe uma relação afetiva, eles conhecem as canoas pelos nomes, o ser canoeiro é considerado como um modo de vida, saber adquirido e desempenhados a partir de vivências cotidiana vinculadas à prática fluvial. Para exercer a função de popeiro, os condutores obrigatoriamente precisam ter a habilitação e registro exigido pela Capitania dos portos de Sergipe.





As Tototós são embarcações simples, tendo como material predominante a madeira, com cabine para seus passageiros que viajam obrigatoriamente sentados.

Possuindo cerca de três metros de largura e 15 metros de comprimento, batizadas com este nome por causa do som característico emitido pelo seu motor e popa.



PROA

Nome dado a parte dianteira da embarcação.

POPA

Nome dado a parte traseira da embarcação.

CABINE

Nome dado ao local de condução da embarcação.

Cada embarcação possui

POPEIRO



É aquele que cuida da embarcação, da limpeza do “salão dos passageiros”, amarra a navegação. É quem segura a mão do passageiro no embarque e desembarque e faz as cobranças da passagem no trajeto.

e um

PROEIRO



É o mestre da embarcação, quem guia a tototó, é aquele que tem mais responsabilidades, detentor de mais saberes por já ter passado pela função de proeiro. Verifica o nível de óleo e as condições da caixa de marcha a cada operação.





ELEMENTOS DO MODO DE FAZER AS TOTOTÓS

Ofício de cunho puramente artesanal. Os detentores do conhecimento e executores desse ofício são os carpinteiros navais que, de forma semelhante à dos canoeiros, herdaram de seus antepassados o conhecimento associado ao modo de fazer a embarcação. Os carpinteiros navais trabalham sozinhos ou auxiliados por um ajudante e residem em sua maioria na Barra dos Coqueiros. Em média, necessitam de 3 a 4 meses para construir uma tototó.

1 A ESCOLHA DA MADEIRA

Podendo variar em preço e qualidade, geralmente são usadas as madeiras do tipo pequi, angico, sucupira e jaqueira. Pois não estão dentre as espécies protegidas por lei.

2 CORTAR E MOLDAR

São utilizados instrumentos como: serra circular e elétrica, plaina, serrote, máquina de furar, lixadeira, trena, pregos galvanizados, parafusos de fenda e rosca.



DEFINIÇÃO DO FORMATO

Se dá início a construção do casco. A maioria das Tototós possui um formato “encavernado” — onde o casco recebe partes inteiras das madeiras e o formato côncavo é moldado posteriormente.

3 ENTABUAMENTO

É o fechamento do casco mediante a utilização das madeiras de louro, maracatiara, angico ou compensado naval. Para o isolamento do casco o carpinteiro faz uso de materiais como nauticola, resina e manta de fibra. Materiais responsáveis pela impermeabilização e durabilidade do casco.

4 AS PARTES DA EMBARCAÇÃO

A construção das outras partes da embarcação como a popa, proa, cabine, estrutura lateral com safenas, base para receber o motor, convés, bancos e ferro. Todas estas partes são construídas com o mesmo tipo de madeira das demais partes da embarcação.

O FORRO

Uma vez concluído o forro, na parte externa, este ainda recebe o acabamento de manta de fibra com resina para o vedamento contra possíveis infiltrações da chuva.

5 O MOTOR

A compra é feita pelo proprietário da embarcação em estabelecimentos comerciais que oferecem motores já utilizados.

Ao longo de toda sua história e apesar do seu aspecto simples e rústico, as tototós pautaram apenas um acidente que ocorreu quando a embarcação estava atracando, uma das embarcação bateu na janela da outra, levando uma pessoa a óbito. Valdemir Lima, dono de embarcação, popeiro, morador nativo há 45 anos da Barra dos Coqueiros, relata: “Em termos de segurança, como o colete por exemplo, a Marinha sempre está aqui fiscalizando, tem que ter o documento da embarcação, ele vale por cinco anos e é o título da embarcação com a numeração e é um transporte muito seguro. Eu estou aqui esse tempo todo e só teve um acidente, além de ser o único transporte que não tem relato de assalto”.

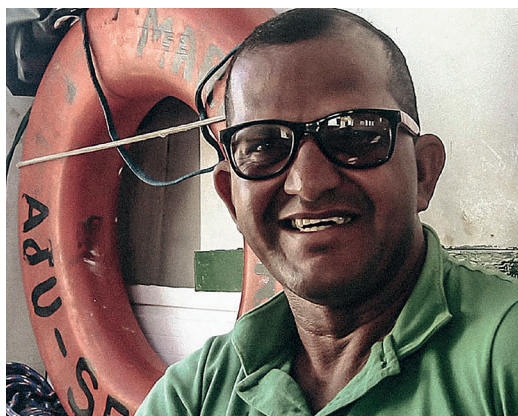
A RESISTÊNCIA E DIFICULDADES DE SER BARQUEIRO

A realidade dos barqueiros continua necessitando de melhorias, tanto salarial como de benefícios previdenciários, além de maior reconhecimento e divulgação do trabalho naval dos totozeiros. A saída encontrada após a perda de espaço para os transportes terrestres, foi a redução do valor da passagem para um preço menor ao que é cobrado pelos ônibus, “A média aqui é mais de um salário por mês. Trabalho em dias alternados, se trabalha 13 dias no mês, mas dá para se manter, com alimentação, pagar as contas. Mas para manter uma embarcação como essa

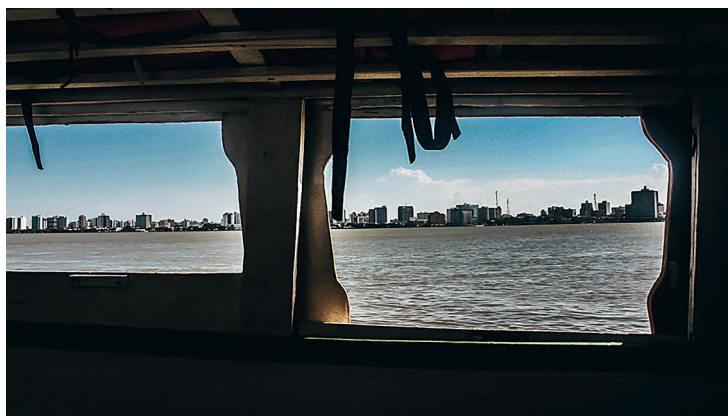


não tem condições” diz Valdemir Lima, dono de embarcação.

Apesar das exigências para navegação, os canoeiros não possuem nenhum tipo de seguro: “Olha, eu lembro que até antes da ponte eles tinham, era obrigatório, só que aí depois que se tornou um patrimônio reconhecido não existe mais um órgão que queira de fato apostar no patrimônio como algo que pudesse gerar seguro”, afirma Mary. Outra dificuldade encontrada se dá pela ausência de formação por parte dos canoeiros.



Valdemir Lima



O PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO E O RECONHECIMENTO DO IPHAN

Diante da fragilidade e dificuldades enfrentadas pelo ofício dos canoieiros da foz do rio Sergipe, em 2011, as tototós receberam o título de Patrimônio Cultural e Imemorial do Estado de Sergipe pelo Decreto de Lei N.º 7.320/11, sancionado pelo governador do estado de Sergipe, Marcelo Déda. O reconhecimento é feito por parte da câmara de vereadores, ou de deputados e é de cunho declaratório, não havendo assim uma política pública.



Contudo, não há um reconhecimento das tototós por parte do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), como um Patrimônio de cunho Nacional e Imaterial, é o que explica a historiadora representante do Iphan Flávia Gervásio: “Para se tornar patrimônio pelo Iphan você tem que ter uma continuidade histórica de no mínimo três gerações, que aí já não é o caso deles, aí entra uma série de procedimento que os próprios detentores tem que entrar com um pedido, que ter essa continuidade histórica e aí depois tem o processo de documentação e de pesquisa sobre o bem que é todo feito com os detentores e depois disso passa-se pelo conselho, que é a câmara técnica que analisa tanto os casos de tombamento quanto os de registro, ele vai ver também essa questão, se tem uma ressonância nacional, você tem um patrimônio que ele tem um aspecto local que eu acho que é muito o caso das tototós. Eu acho que foi o caminho que foi um pouco buscado, apoiar com ações de salvaguarda, porque mesmo que não tenha reconhecimento pode-se buscar as ações de salvaguarda para os bens que se tem valor, que são ações de fusão dos bens, que são ações de conhecimento, ações para tentar ter a continuidade do bem, então no caso de bens de patrimônio imaterial que o valor está muito nas pessoas, no conhecimento, são ações para você poder tá garantindo a transmissão, garantindo esse tipo de bem, mas não teve reconhecimento. O que se tem o reconhecimento do valor, mas não tem, não poderia pelos critérios do Iphan entrar como patrimônio imaterial”.

Salvaguardar os bens culturais relativos a modos de fazer, a formas de sociabilidade, religiosidade, relacionamentos com o meio ambiente, entre outros, exige uma abordagem especial. Em termos práticos, isso somente é possível por meio de ações de produção de conhecimento, de documentação, de sensibilização da sociedade, de promoção e de apoio às condições sociais e materiais de existência.

ATIVIDADES ECONÔMICAS, CELEBRAÇÕES E FESTEJOS RELACIONADOS ÀS TOTOTÓS

A ligação direta dos canoeiros com as demais atividades de bens culturais relacionadas a Barra dos Coqueiros e ao Rio Sergipe como os grupos folclóricos do samba de coco, catadoras de mangaba, pescadores, traduzem um modo de vida ainda pouco conhecido. A presença do sincretismo religioso Católico é bastante presente na tradição dos canoeiros, como por exemplo as procissões luviais da festa de Bom Jesus dos Navegantes que

acontecem nos municípios de Aracaju, Laranjeiras, Nossa Senhora do Socorro, Pedra Grande. Outro festejo tradicional é o chamado “Forrótototó”, que teve sua primeira edição em 2017 onde grupos tradicionais de forró pé de serra tocam dentro das Tototós durante a travessia.

Assim as tototós desenha-se na história como marca registrada e de fundamental importância, não somente dos moradores da Barra, mas do povo sergipano. Assim, não é mais possível falar de Aracaju e de Sergipe sem lembrar do papel fundamental cumprido pelas Tototós.



CULINÁRIA

A culinária está diretamente ligada aos canoeiros, além dos pescados, o cultivo da mangaba é bastante forte e sinônimo de resistência de mulheres, mais conhecidas como “catadoras de mangaba”, usam as embarcações para transportar e comercializar os doces e derivados da fruta.



GRUPOS FOLCLÓRICOS

Há uma estreita ligação entre o ofício dos canoeiros e o grupo de Samba de Coco da Barra dos Coqueiros, além da relação do ofício, muitas dessas mulheres são casadas com canoeiros ou pertencem à família.



FESTEJO

O “Forrótototó” teve sua primeira edição em 2017, onde grupos tradicionais de forró pé de serra locais tocaram dentro das Tototós durante a travessia, atraindo um vasto público, principalmente turistas.



PROCISSÃO

O uso das embarcações para a procissão fluvial de Bom Jesus dos Navegantes tornou-se tradição e valor não só na travessia Aracaju-Barra, mas em outros municípios do Estado.



ZÉ PEIXE

Assim como as Tototós, Zé Peixe fez história nas águas do Rio Sergipe e tornou-se patrimônio do Estado.

ATIVIDADES ECONÔMICAS, CELEBRAÇÕES E FESTEJOS RELACIONADOS ÀS TOTOTÓS



Teatro no olho da rua



Rian Santos

Os atores do Boca de Cena têm os pés firmes no Bugio, periferia de Aracaju. Mas jamais deixaram de amar o longe e a miragem. Fundado em 2005, pelo ator Rogério Alves, o grupo adotou a linguagem do teatro popular com o fim de alcançar o grande público. Hoje, quase duas décadas depois, após conquistar uma sede própria e a chancela do Departamento Nacional do Sesc, o Boca de Cena continua o mesmo e não perde oportunidade de se apresentar no olho da rua.

É assim desde a montagem de 'João Grilo entre o céu e o inferno', o primeiro espetáculo a constar no repertório do grupo, encenado a céu aberto. Deste começo, Rogério conserva a ciência de uma identificação profunda entre o Boca de Cena e a comunidade, um laço atado desde o início do grupo.

Espectáculo 'João Grilo Entre o Céu e o Inferno' (2006)



“O Bugio foi um bairro com uma efervescência cultural muito forte na década de 80, é habitado por diversos artistas populares. Infelizmente, o Bugio apresentado na mídia é apenas um bairro periférico de Aracaju com índices altíssimos de criminalidade.”

Rogério continua, agarrado ao papel transformador do teatro:

“Neste sentido, a nossa atuação é muito consequente. Desde 2010, quando o grupo se firma no Bugio, com a ocupação de um posto de saúde desativado, tentamos reverter essa impressão sobre o bairro que nos viu nascer como grupo promovendo o exercício artístico dentro da periferia, dialogando com a comunidade,

buscando parcerias com grupos locais e de outros estados, artistas de renome nacional e internacional, apresentando a potência criativa deste lugar para o Brasil inteiro. Se as periferias foram abandonadas pelo poder público não foi com a nossa colaboração.”

Arte: Gabri Ettinger

Grupo Teatral
Boca de Cena
apresenta

Ano 2017

OS CAVALEIROS DA TRISTE FIGURA

Inspirado livremente na obra *Dom Quixote* de Miguel de Cervantes

Texto César Ferrario

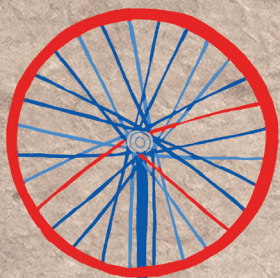
Direção Fernando Yamamoto

Atuação Felipe Mascarello
Gustavo Floriano
Rogério Alves
Thayres Dyniz

Dom Quixote do Buzios

Engana-se quem vislumbra no teatro popular e de rua uma linguagem engessada. 'Os cavaleiros da triste figura', o espetáculo mais recente do Boca de Cena, por exemplo, foi concebido em chão impossível, entre um lugar e outro, como um andarilho íntimo de todos os caminhos que no próprio passo inventasse a estrada.

Tudo começou com uma ligação interurbana. Após ser intimado por telefone, o diretor Fernando Yamamoto (Clows de Shakespeare/RN), de quem Rogério Alves se aproximou durante participação anterior no Festival de Guaramiranga (CE), convidou a trupe para uma conversa olho no olho, em



Salvador. E lá, no Corredor da Vitória, lhes impôs a leitura do Dom Quixote.

O método sugerido por Yamamoto consistia na leitura completa do livro. Cada capítulo deveria ser vivido em ato. Nesse processo, personagens acabaram ganhando vida, à medida em que situações foram transportadas para a realidade do palco. Isso durou pouco mais de um ano, um dia depois do outro, até quando a experiência entre quatro paredes exigiu a organização de uma dramaturgia propriamente dita. Antes mesmo de deitar a primeira palavra no papel, entretanto, o escritor César Ferrário tratou de mergulhar no frenesi coletivo. E o fez de peito aberto, redigiu o texto durante a convivência com o grupo, disposto a acompanhar a viagem.

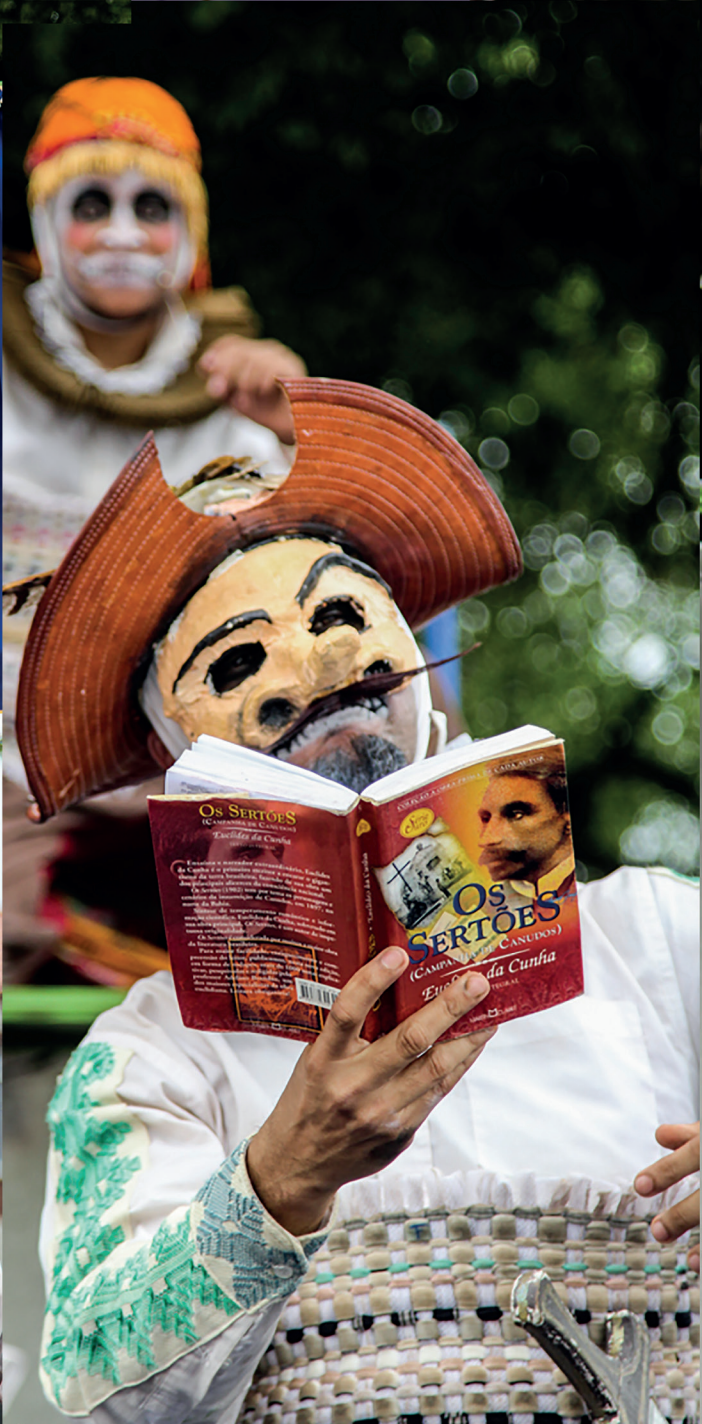
Logo se nota, 'Os cavaleiros da triste figura' reuniu profissionais do país inteiro, uma equipe da maior competência e diversos sotaques. Ator e produtor do grupo, com a responsabilidade de fazer as contas e viabilizar o impulso criativo da turma, Rogério explica que o cartão de crédito resolveu as questões práticas, financiando hospedagem e passagens. Sem a solidariedade dos artistas envolvidos, contudo, o espetáculo não teria pernas para chegar tão longe.

"Eles acreditaram em nosso sonho. E, por isso, sempre lhes seremos muito gratos".



Foto: Pritty Reis









PALCO GIRATÓRIO MMXVIII 2018

Palco Giratório

Não por acaso, 'Os cavaleiros da triste figura' ganhou o País inteiro. Contemplado pelo projeto Palco Giratório, do Departamento Nacional do Sesc, dedicado ao mapeamento e a circulação teatral, o grupo Boca de Cena se apresentou em dezenas de cidades brasileiras, percorreu o País de cabo a rabo.

Segundo Rogério, as trocas realizadas nesse período, com o patrocínio do Sesc, a riqueza de um processo desenvolvido ao longo de tanto tempo, coroado pelo sucesso, impõem novas metas e uma disciplina muito rigorosa para o grupo. Ambição sem limites. A ideia é mudar o mundo. Se o sonho é uma empresa de doidos, como o espetáculo afirma com todas as letras, não há por que conformar as possibilidades da criação às circunstâncias sempre tacanhas da realidade.

ESPETÁCULO TEATRAL

OS CAVALEIROS DA TRISTE FIGURA

GRUPO BOCA DE CENA

O GRUPO BOCA DE CENA E SEUS COLABORADORES COM A LITERATURA DE DON QUIXOTE DE LA MANCHA, A HISTÓRIA QUE SE PRETENDE RE-CONSTRUIR POR TODA A REALIDADE CIRCUNDANTE, EM FORMA DE SONHO (OU DE REALIDADE) OS CAVALEIROS DA TRISTE FIGURA, UM GRUPO DE ATUADORES, EM PRACA DE DESFAZENDO-SE E REINVENTANDO-SE A CADA GOLPE, PERMEADOS POR UM EXCÊNTRICO CADA VEZ MAIS DESACREDITADO, TRANSFORMAR O MUNDO!

QUINTA - 20H

Burundanga Percussivo

sortimento de vivências e batúques

Antonio Passos

O Burundanga Percussivo começou como um desejo que tomou conta da cabeça do percussionista Pedro Mendonça. Houve então um período de gestação, de preparação para transformar aquela vontade concebida em realidade. No dia 08 de dezembro de 2006 o bloco foi parido nas ruas, de onde não saiu mais.

Eu vi e ouvi o Burundanga pela primeira vez, em um Pré-Caju. Um bloco de percussão desfilando com o pé no chão, sem aparato eletrônico para propagar o som, pipocou inusitado. Espremido entre trios elétricos e batucando ritmos vindos de folguedos sergipanos, o coletivo percussivo irradiou esperança na abertura de espaço para a criatividade artística, no meio de uma festa que era pura massificação.

Um grito pela ampliação da diversidade era o que diferenciava e dava encanto ao Burundanga naquele contexto: variedade visual e gestual dos participantes – em contraposição aos trajes e movimentos sempre muito uniformizados – e os dialetos musicais batucados e cantados – oferecendo um contraponto ao monopólio da “axé music” e outros modismos.

No ano de 2012 tive a oportunidade de me aproximar do Burundanga, ingressando como participante de uma oficina de percussão e aspirando vir a integrar o bloco. De lá para cá pude perceber que o Burundanga vai muito além do que poderia ser definido como um projeto estritamente musical. Trata-se de uma vivência comunitária ao redor



Burundanga na Atalaia (2016)

Foto: Igor Azevedo

do maestro Pedro Mendonça, incluindo aprendizados artísticos, muitos diálogos e encontros que se estendem para além dos ensaios e das apresentações públicas. O Burundanga se constitui como uma escola aberta e um bloco percussivo que identifica um coletivo flutuante. Gente nova está sempre chegando. Há os que já partiram desta existência e continuam compartilhados em memória. Muitos se afastam temporariamente e retornam. Em todos os casos permanece a sensação coletiva de pertencimento.

No decorrer da minha caminhada no Burundanga comecei a ter acesso a narrativas sobre o nascimento e a história do bloco – não de um modo sequencialmente organizado. O contador primordial desse

enredo é o maestro Pedro Mendonça e ele tem um jeito muito próprio de tocar a vida – característica essa amiúde observada em artistas. Agora, ao ser estimulado pelo editor da Cumbuca, o jornalista Amaral Cavalcante, e apresentar um texto sobre o Burundanga Percussivo, procurei o maestro para um papo que servisse de arremate – mesmo que provisório – para o que venha a ser publicado. Assim, em muitas conversas avulsas e nessa mais recente foi onde colhi as informações que procuro articular neste relato.



ancestralidades

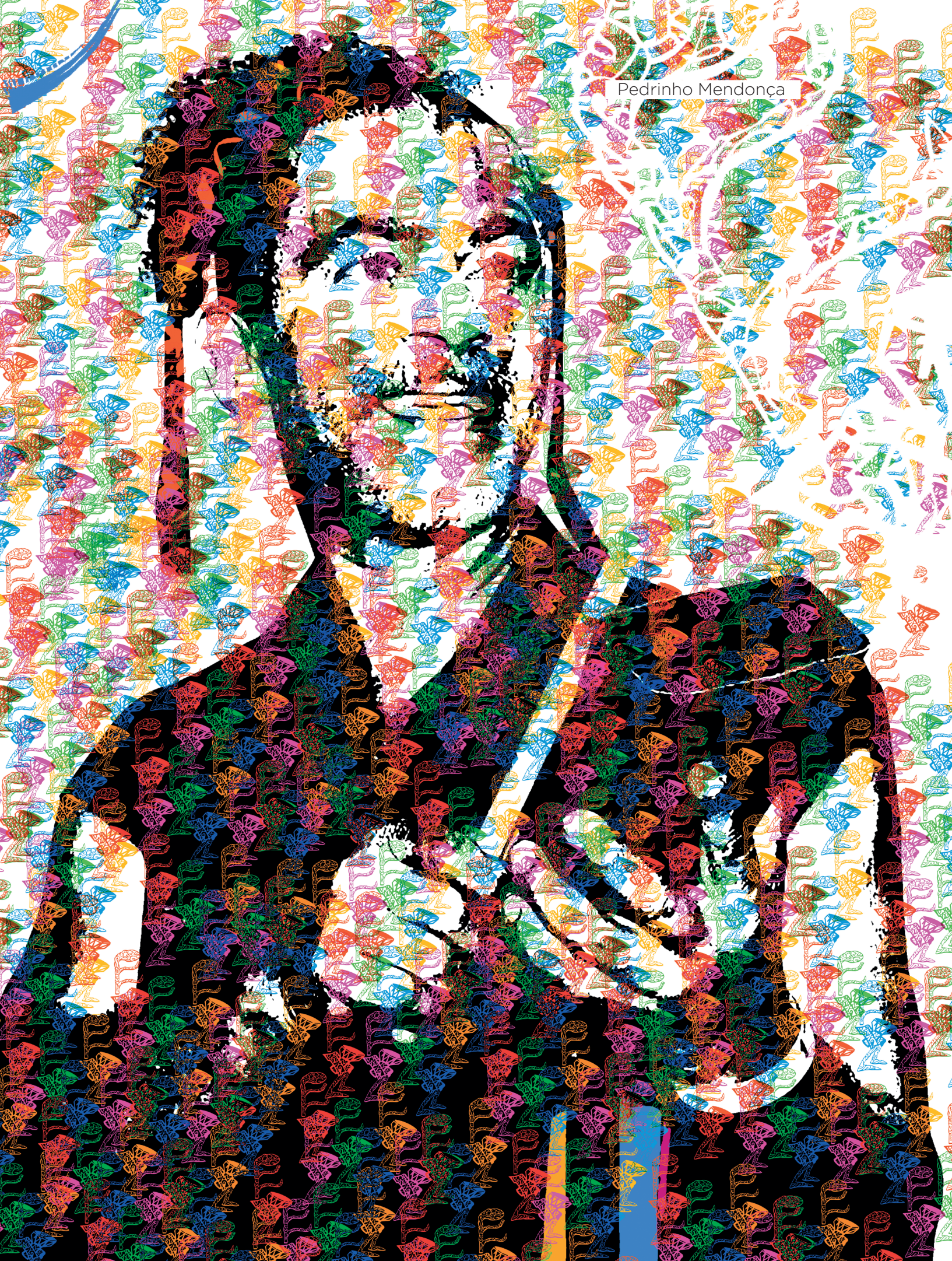
Pedro Mendonça estudava trompete no Conservatório de Música de Sergipe e foi passar uns dias em Salvador para ter aulas no Teatro Castro Alves com um aclamado instrumentista e professor. No intervalo dos estudos, ele viu ensaios do Balé Folclórico da Bahia (BFB) e ficou fascinado – tanto pela dança quanto pelo som dos atabaques. Essa é a primeira imagem relacionada por Pedrinho à concepção do Burundanga. Ele afirma que, anos depois, quando veio a vontade de realizar o bloco, lembranças das movimentações cênicas e das sonoridades vistas e ouvidas nos ensaios do BFB emergiram da memória compondo a inspiração.

No Conservatório de Música Pedrinho conheceu e tornou-se aluno do professor e percussionista pernambucano Wallace Patriarca. A partir de então dedicou-se à percussão e alcançou destacada desenvoltura, atuando tanto no ambiente da música erudita quanto acompanhando artistas da música popular, entre os quais: Antônio Carlos du Aracaju,

Amorosa e Rogério. Em certo momento, conta o maestro, não o contentava mais apenas tocar. Diz que passou a sentir um desejo incontornável de transmitir o conhecimento musical adquirido e formar grupos a partir da prática do ensino.

No Centro de Criatividade iniciou um primeiro curso do qual participaram Betinho Caixa D'Água, Tônico De Ogum, Saci, Bidui e Pedro Luiz (o Pedão). Entretanto, a metodologia de ensino empregada, aprendida no Conservatório de Música, não agradava ao maestro. Foi quando ocorreram algumas descobertas diretamente ligados ao nascimento do Burundanga. A produtora cultural e amiga Suzana Vasconcelos falou com Pedrinho sobre a existência de um método, desenvolvido no Rio de Janeiro, que estava sendo utilizado para a formação de grandes blocos de percussão e presenteou o maestro com CDs de dois desses blocos: Bangalafumenga e Monobloco. O método era "O Passo", criado pelo músico Lucas Ciavatta.

Pedrinho Mendonça



burundanga



concepção e gestação

Pedrinho enxergou no método “O Passo” exatamente o que procurava e fez uma primeira experiência. Reuniu algumas pessoas – entre as quais Ana Badyally, Débora Bahia, Marcelo Rangel e Suzana Vasconcelos – e, durante uma semana, trabalharam com o novo método. O resultado empolgou o grupo e a vontade de realizar aquilo que veio a ser o Burundanga estava concebida. No decorrer de 2006, o maestro foi ao Rio de Janeiro e fez um curso voltado para a aplicação do método “O Passo”, com o próprio Lucas Ciavatta. Daí pra frente, o desejo concebido não parou mais de pulsar. Em outra ida a Salvador, na companhia de Ana Badyally e do músico Júlio Rego, vieram mais alguns elementos. Pedrinho conta que fora levado até a praia do Porto da Barra para ver o pôr do sol. Lá, pouco interagia com as companhias, tomado que estava pela ideia de criar e dar um nome ao bloco.

Num lampejo diz ter vindo o título de um livro que havia ganhado recentemente do escultor Augusto Gustô: “Brefaias e Burundangas do folclore sergipano”, de autoria de Carvalho Déda (lançado originalmente em 1967). Pronto! O nome era este: Burundanga – uma palavra que soa quase como um bater de tambor.

De volta a Aracaju e inspirado por uma ilustração que tinha visto na Bahia, de um homem negro tocando timbau, Pedrinho rascunhou uma nota musical com um djimbe, apresentou a Augusto Gustô e solicitou a finalização do desenho. O escultor fez a arte preenchendo em preto a nota musical. Dias depois, outro artista, Vinícius Teiole, sugeriu um desenho substituindo o preenchimento em uma só cor e assim foi finalizada a marca do bloco – a semicolcheia tocando djimbe.

Com o nome e a marca definidos o maestro recebeu um convite de André Tunes (o Rato), para a realização das oficinas e ensaios do futuro bloco em um casarão antigo localizado no bairro Industrial. Além das pessoas que tinham participado da primeira rodada de aplicação do método “O Passo”, o grupo foi encorpendo e começaram os ensaios. Nessa nossa recente conversa – certo de ter esquecido outros nomes – Pedrinho lembrou de algumas pessoas que passaram a frequentar os ensaios do bloco, no tempo do casarão do bairro Industrial: José Carlos Mauá, Rosângela Rocha, Murilo Smith, Samuel Júnior, Lúcio Telles, Rogério (o cantor e compositor), Jorge Taioba, Hélder Dantas, as irmãs Gabriela e Ana Paula Nicolau... O primeiro ritmo ensaiado foi o Ijexá, por ser bastante popular. Logo em seguida, foram introduzidas as sonoridades dos folguedos sergipanos.

nascimento e vida nas ruas

Embora os ensaios no casarão do bairro Industrial tenham sido muito badalados e atraído plateia, restou convencionado que o nascimento do bloco Burundanga Percussivo deu-se quando da primeira apresentação em um espaço público. Isso aconteceu na manhã do dia 08 de dezembro de 2006, no Parque Teófilo Dantas, no centro de Aracaju, durante as celebrações em homenagem à orixá Oxum. De lá para cá, todos os anos, o aniversário do bloco é comemorado no mesmo local, com uma apresentação. Pedrinho lembra que até 2018 a comemoração não ocorreu apenas uma vez.

Envolvido com alguns outros projetos musicais além do Burundanga, desde de 2013 o maestro viaja com regularidade para a Bélgica, sempre no segundo semestre do ano, onde desenvolve com outros músicos, sergipanos e belgas, o projeto “Anavantou”. Durante essas viagens o Burundanga vem mantendo a agenda de ensaios, sendo regido pelo músico Gabriel Mendonça – um dos filhos do maestro. Certa vez, o bloco foi avisado de que Pedrinho, voltando da Europa, havia desembarcado no Rio de Janeiro, onde acompanharia Patrícia Polayne em alguns shows. O tempo foi passando sem que aqui chegassem notícias mais detalhadas. Até a

véspera do aniversário do bloco não havia uma informação precisa sobre a chegada dele em Aracaju. Assim mesmo o coletivo compareceu ao local da comemoração. Por volta do meio dia lá chegou o maestro para comandar a festa.

Com os pés no chão ou sobre palcos armados em locais abertos, o Burundanga fez a maioria de suas apresentações nesses quase 13 anos de existência. Seria um trabalho muito exaustivo, minucioso e talvez irrealizável levantar e registrar cada uma dessas aparições públicas já acontecidas. Quando os integrantes do bloco tocam no assunto e começam a relembrar apresentações memoráveis, sempre surge uma lembrança nova e outras muitas vezes reiteradas: nas festas de Oxum, no Pré-Caju (inicialmente no chão e depois no trio elétrico), em Recife, na posse de Marcelo Déda como governador, na Rua da Cultura, no carnaval do Rasgadinho e do bloco “Eu só se fico, se se você não só se for”, no Festival de Artes de São Cristóvão, no bar Maori na Coroa do Meio e mais recentemente no Parati, na Marcha das Vadias, no carnaval e na festa de Iemanjá em Salvador, no Museu da Gente e na inauguração do Largo da Gente Sergipana... Impossível relembrar tudo de uma vez só.



Cortejo no carnaval do Conjunto Inácio Barbosa (2017)

Foto: Igor Azevedo



Apresentação na Reciclaria (2017)

burundanga hoje

Atualmente o Burundanga Percussivo ensaia no Museu da Gente Sergipana. Periodicamente o bloco oferece oficinas de percussão ou de instrumentos específicos. Quem entra no bloco faz opção por um dos naipes de instrumentos disponíveis: alfaia, caixa, tamborim, agagô, xequerê e pandeiro. O repertório inclui algumas canções de origem variada, ritmos brasileiros mais tradicionalmente ligados a outros estados, e exemplo do Samba, do

Maracatu e do Ijexá, mas, sobretudo, as batidas vindas de folguedos sergipanos: Bacamarteiros, Caceteira, Cacumbi, Marujada, Nagô de Laranjeiras, Pisa Pólvora, Samba de Pareia, São Gonçalo, Taieira...

Além dos cortejos nas ruas, o bloco tem feito muitas apresentações em parceria com outros artistas. Mais recentemente, o Burundanga esteve em apresentações



Foto: Igor Azevedo

com Pífano de Pife, Patrícia Polayne, Jaque Barroso, Dudu Prudente, Ananda e Meire Barreto, Nadir da Mussuca, Kleber Melo, Sandyalé, Heitor Mendonça, Bruna Ribeiro, Bento Adami, Lula Ribeiro, Saulo Fernandes, Sylvia Patricia, Jeca, entre outras e outros.

Sem muita formalidade, como é do estilo dele, o maestro informa que para acessar e participar do bloco é só buscar

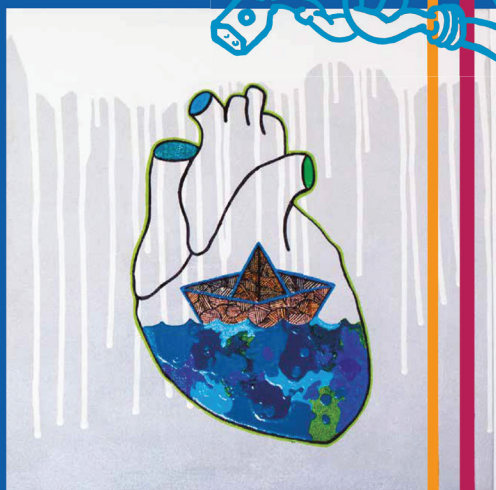
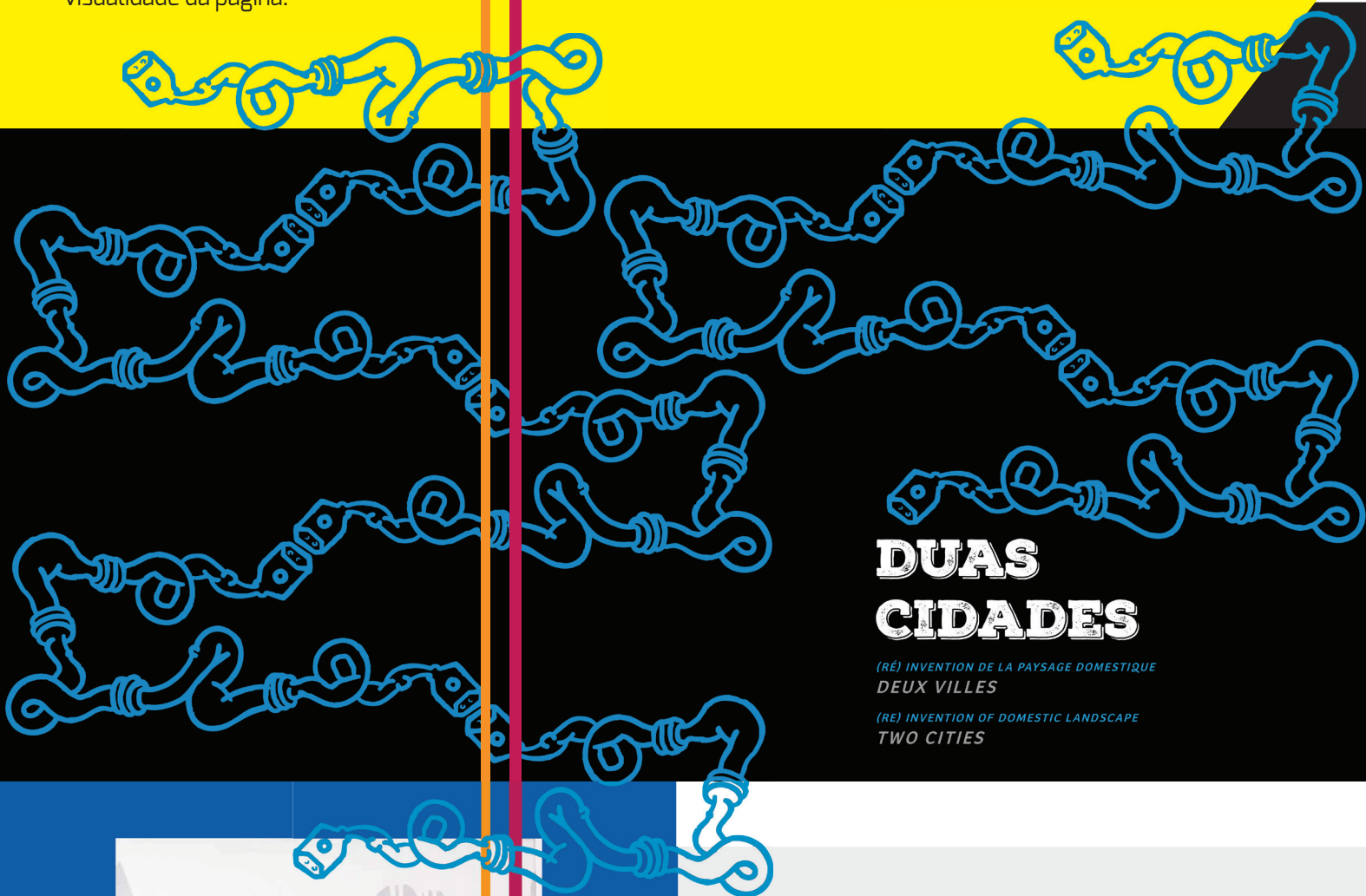
informação sobre a agenda nas redes sociais e comparecer a um dos encontros. Mais que ambiente de aprendizado e prática musical, a comunidade Burundanga é aconchego para novas chegadas, idas e vindas, partidas e retornos – no calor do sortimento de vivências e batuques.



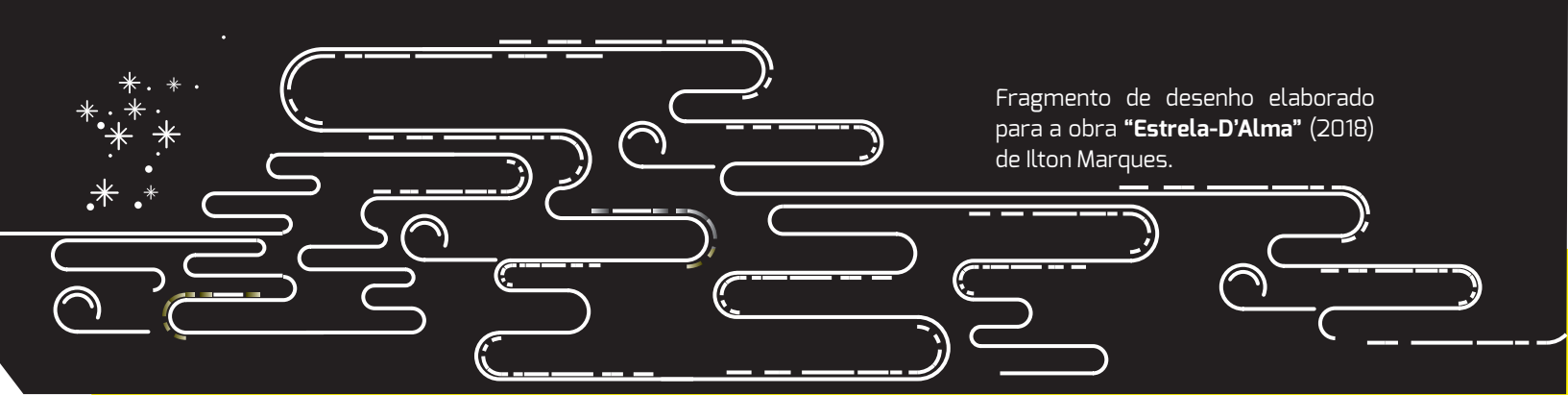
Ensaio
sobre

A PERSONALIDADE ARTÍSTICA

Páginas da obra "(RE)invenção da paisagem doméstica: Fábio Sampaio" (2018), organizado por Mário Britto. Figuras das obras do artista foram extraídas e utilizadas para compor a visualidade da página.



Título: **Instável**
Técnica: acrílico sobre tela e esmalte
Dimensões: 50x120 cm
Ano: 2013
Aceruoc: Mário Britto



Fragmento de desenho elaborado para a obra “Estrela-D’Alma” (2018) de Ilton Marques.

NO DESIGN EDITORIAL

Germana de Araujo

Imagens de
arquivo pessoal.

Em uma sociedade pautada na divisão social do trabalho, estabelecendo-se na separação entre o pensar (espiritual/intelectual) e o fazer (manual/material), na história da produção de livros os conteúdos verbais e seus autores sempre tiveram maior significância do que os profissionais que tornam os escritos em livros. Poucas críticas são encontradas sobre o fato de que “autores não escrevem livros; eles escrevem textos. Os textos são moldados, transformados e interpretados por editores, designers e ilustradores” (LYONS, 2011, p. 12). O que Martyn Lyons, em sua obra intitulada “*Livro: uma história viva*”, está tentando chamar atenção é para a rede de profissionais necessária na produção de um livro. Portanto, segundo ele, “o autor, cujo

gênio criativo foi colocado em um pedestal pelo movimento romântico, é, na verdade, apenas um dos elementos de uma complicada cadeia produtiva” (Ibdi., 2011, p. 12). Quer dizer que o autor de um texto é visto como o único responsável pela produção intelectual de um livro (sujeito pensante), sendo que o objeto-livro considerando, inclusive, a concepção dos elementos que o constitui para propor uma leitura amigável – como formato, tipo de papel, tipografia, linguagem gráfica, leiaute e processos de interação – é resultado do projeto, do pensar de um designer. Nesta perspectiva, de compreender a função de cada um dos profissionais necessários para a produção de livros, busco o meu lugar de fala que é a de uma designer, especificamente do campo do Design Editorial.



Conversando com a jornalista e autora da obra **“Tempo bom, tempo ruim”** (2019) Ilma Fontes. Para melhor compreender quais são os aspectos visuais que devem ser considerados para o desenvolvimento do projeto gráfico do livro, além de ler o texto, é importante perceber as preferências artísticas dos autores.

Foto de Márcia Guimarães



As definições sobre o campo do Design Editorial não diferem muito na literatura clássica. A maioria dos livros servem de guia prático, enfatizando uma atuação profissional a partir de conhecimentos técnicos e excluem a possibilidade de o designer atuar de modo artístico. O tipógrafo e designer alemão Jan Tschichold (1902-1974), em sua obra intitulada *“A forma do livro: ensaio sobre tipografia e estética do livro”* (2007), é explicitado que “quanto mais significativo é o livro, menos é o espaço para o artista gráfico se posicionar e documentar, por meio de seu ‘estilo’ [...]” (TSCHICHOLD, 2007, p. 32). Segundo esse autor, o designer ou “artista visual” precisa se distanciar da sua própria personalidade artística para manipular dados técnicos e configurar um livro. A partir desse pensamento, pode-se acreditar que fazer um livro é apenas diagramar páginas em vez de conceber a arte dele como um todo.

O que parece contraditório é que as tais “correlações coerentes entre página de livro e mancha tipográfica”, mencionadas por Jan Tschichold, são resultados de estudos realizados nos manuscritos da Idade Média, e segundo Martyn Lyons, além de preocupar-se com clareza e legibilidade, o manuscrito medieval era uma atividade desempenhada por especialistas; escribas que além de executar a cópia com precisão técnica, também atribuíam importância a um fazer artístico na decoração da página. Como explicita Albert Labarre (1927-2010), em *“História do livro”* (1981), “a reputação dos manuscritos medievais vem sobretudo da sua decoração, a ponto de por vezes fazer esquecer os outros aspectos” (LABARRE, 1981, p. 27). Certamente, um escriba era escolhido por seu conhecimento técnico, mas também, por sua personalidade artística, sua propriedade intelectual.



Obra **“Bonita Maria do Capitão”** (2011). O projeto gráfico desse livro, após três anos de pesquisa, foi desenvolvido em seis meses. Os elementos gráficos passeiam por todos as páginas e estabelecem diálogo com os conteúdos dos autores-colaboradores. É certo que para desenhar os elementos gráficos do livro tive como inspiração os objetos do cangaço. Contudo, os desenhos são parte de meu processo de interpretação, ou seja: o modo como eu senti ser possível representar aspectos do cangaço para inserir o público-leitor no cenário.

Consultando a bibliografia específica da atualidade, no geral acredita-se que:

Imagens de arquivo pessoal.

Prêmio Aloísio Magalhães da Fundação Biblioteca Nacional em 2012.

O design de material editorial cumpre diferentes funções, tais como dar expressão e personalidade ao conteúdo, atrair e manter os leitores, estruturar o material de forma clara. Essas funções têm de conviver e trabalhar juntas de forma coesa para configurar algo que seja agradável, útil e informativo [...] (ZAPPATERRA; CADWELL, 2014, p. 10).

Essa definição aparenta ser menos rígida, entretanto, ainda não abre espaço para que o designer possa propor uma experimentação estética para o leitor, a partir de suas escolhas pessoais. E essa, sob meu ponto de vista, é a tarefa mais complexa de um designer: criar uma página que proponha um diálogo visual entre o conteúdo de um autor e sua personalidade artística, ainda considerando aspectos de recepção de um determinado público leitor. De fato, não é uma tarefa fácil.





**“ Produzir
livros tem
a ver com
gostar de
livros! ”**

Para compreender a minha relação com a produção de livros, dou relevância que sou filha de professores e costumava presenciar meus pais em constante prática de estudo e escrita. Nos anos de 1980, semanalmente, talvez reproduzindo minha mãe, sentava à frente da máquina de escrever Olivetti dela e começava uma nova história, preocupada principalmente com a composição dos elementos em uma página. Aos 12 anos de idade, eu já compunha livros em formato de códice¹, elaborava capa e encadernava-os com grampo.

Elaborava os textos e as ilustrações, mas, sinceramente, meu prazer maior estava em produzir o objeto-livro em si. É pena que, desde essa época, em casa ou na escola, eu comecei a compreender que o interesse das pessoas estava na história e não como eu conseguia compor visualmente a página e montar um livro; como se a atividade intelectual apenas estivesse na escritura de um texto! Mais adiante, meados dos anos de 1990, já no Curso de Desenho Industrial na Universidade Federal da Paraíba, coincidentemente, também me debruçava mais na composição das páginas da apresentação do que no projeto em si.

Era notório como a experimentação gráfica fazia parte da minha narrativa projetual e, desta vez, a visualidade proposta chamava bastante atenção dos outros. Percebi que as tarefas de representar graficamente objetos e compor páginas seriam os meus desafios de sempre. Nesta época, não tinha-

Na foto: eu e minha irmã Paula lendo no jardim de casa em um sábado ensolarado, 1979.

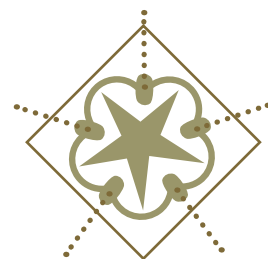
Foto: Arquivo pessoal

1 Mesmo sem afirmar a origem do uso do termo, Miguel León-Portilla explicita que a palavra códice apenas foi utilizada com frequência pelos europeus em meados do século XIX. (LEÓN-PORTILLA, 2012, p. 7-8). O códice é objeto-livro, que além de ser fácil de portar, tornava possível inserir conteúdos nas duas faces da página; foi uma invenção revolucionária e duradoura na produção de livros; tinha páginas individuais unidas por costura de um lado (geralmente o esquerdo).

meu poema

mos o auxílio do computador como ferramenta de execução gráfica. Todo o trabalho era manual. Fora da academia, passei a atuar profissionalmente mais na área do Design Gráfico do que em Projetos de Produto. Desenvolvia marcas corporativas, embalagens, catálogos e Revistas, e somente em 2009, eu fiz o primeiro projeto de livro; foi a obra de poesias intitulada **“A Casa das Ausências”** de Ezio Déda. Um início bem complexo já que para representar com desenhos a poesia é preciso compreender e se sensibilizar com a semântica do texto. A dificuldade está na interpretação de um gênero literário que expõe aspectos pessoais de um autor e, sendo assim, temos que desenvolver aproximação emocional com o texto, ou experimentação estética, para poder se envolver. E como não se sentir invasiva se o desenho que eu fiz era a minha versão da poesia do autor? Essa é uma

pergunta constante. Penso que a interpretação visual do conteúdo verbal do autor deve gerar diálogos e nunca hierarquizar. E neste sentido, o autor deve sentir-se parte desse processo criativo, assumindo também, ou tão bem, as escolhas do designer. Quero dizer que a proposição do designer é uma entrega e, por isso, deve estabelecer afetividades, seja com o universo simbólico acerca do tema e as possibilidades de representações, ou mesmo com as técnicas de experimentação gráfica. Na obra **“A casa das ausências”** (2009), cada poesia foi interpretada com desenhos configurados a partir de elementos da arquitetura de Sergipe. A arquitetura foi pensada como objeto de estudo e inspiração por causa da semântica dos textos e da formação do autor; Ezio Déda é arquiteto e expõe, em suas poesias, sua “casa” e os engendramentos das relações familiares dele.



BARCELONA

Guel Silveira

Entre 2009 e 2019, já produzi o projeto gráfico de mais de 50 livros de diversos gêneros e coordenei a produção de outros mais 100 títulos. Mas sem dar importância ao quantitativo, relevo que em 10 anos de produção de livros, consegui estabelecer um modo criativo que anuncia minha personalidade artística. Acredito que um leiaute de página comprometido com uma abordagem extremamente funcional, como sugere o Jan Tschichold, pode gerar rigidez; e, então, penso que a rigidez contrapõe a fluidez, interferindo, de maneira negativa na visualidade da página, desabilitando o que pode ser necessário para propiciar uma relação de uma estima positiva no processo de interação entre leitura e leitor. Por isso, mesmo que eu utilize de uma malha (ou grid) para orientar a disposição dos elementos, tento configurar cada página como sendo única. Meu mantra é que a constância não é uma vantagem, mas um prejuízo, limitando a visualidade da página a um conjunto previsível de soluções!

Nos últimos cinco anos, eu produzi livros de artes, principalmente de artistas sergipanos, em parceria com o curador Mário Britto. O curioso desses projetos é que, quase como configurar texturas visuais, eu utilizo da própria obra do artista para construir minhas composições.

Em 2019, tive um desafio grandioso: o projeto gráfico do livro **"A vida me quer bem"** de contos do jornalista Amaral Cavalcante. Ele convidou quatro artistas locais para interpretar visualmente o seu texto, suas histórias. Cada artista teve acesso a um capítulo e fez uma arte para ser inserida numa das separatrizes; página de abertura de capítulo. Após eu ter recebido as artes, em um processo de desconstrução gráfica, extraí alguns elementos utilizados pelos artistas em suas composições, para configurar partes do livro.





A VIDA ME QUER BEM.

CRÔNICAS
DA VIDA
SERGIPANA

AMARAL
CAVALCANTE

NOTA DO ORGANIZADOR

Dividido em quatro partes, *A Vida me quer bem – Crônicas da Vida Sergipana* é, de fato, uma inequívoca demonstração de quanto a vida quer bem ao poeta Amaral Cavalcante, assim como a todos nós – seus amigos, fãs e leitores – que terão o privilégio de ler esse compêndio de crônicas, que aborda temas não só do cotidiano, como também outros de teor cultural, social e político; tudo com a mesma espontaneidade.

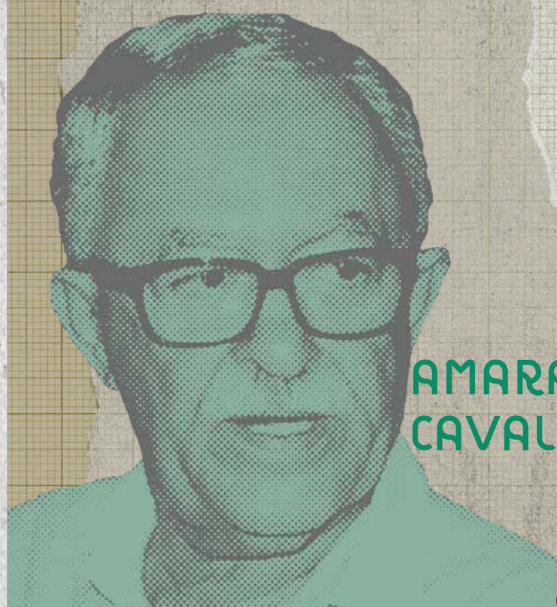
Personagens conhecidos desfilam por essas crônicas, que enchem de orgulho os nominalmente citados, e de ciúmes os que gostariam de ter vivido essas histórias com o cronista. Mas conformemo-nos, pois a magia da escrita, técnica dominada com maestria por Amaral, faz com que – ali e acolá, de uma forma ou de outra, pela menção de um lugar ou de um fato – sejamos todos inseridos nessas memórias que, definitivamente, cingem a vida de Sergipe nessas últimas cinco décadas.

A curadoria literária – trabalho paciente e primoroso – foi confiada à Maria Roseneide Santana dos Santos, que teve que selecionar 108 crônicas, ainda que já pré-selecionadas por Amaral em um fecundo celeiro, o que não configurou tarefa fácil... Nessa primeira leva, muitas crônicas não entraram, mas, felizmente, resta-nos o acalento de uma nova publicação em breve.

Esta obra conta com a preciosa revisão do poeta e escritor Gustavo Aragão; com as ilustrações graciosas feitas



CRÔNICAS DA VIDA SERGIPANA



AMARAL
CAVALCANTI



21 no
MUNDO
BOCE
DE
AÇUCARES
{MEMÓRIAS}

113 A
VIDA
ME
QUER
BEM

185 GUARDIÃ
DE
{NÚTEIS
SEGREDOS}

253 DE
BAR
EM
BAR

327 CONVÍDIOS

Páginas da obra *"A vida me quer bem"* (2019), de Amaral Cavalcante. Visualidade construída com fragmentos das obras de Gabi Etinger, Fábio Sampaio e Elias Santos.

Um arranjo ou leiaute funciona quando o designer vai além da uniformidade implícita da estrutura e consegue compor uma narrativa visual dinâmica, possibilitando manter o interesse do leitor ao longo da página!



A tarefa de compor a visualidade de uma página, utilizando para isso os elementos de outros artistas, é bastante recorrente em meu processo criativo. Debruço-me na relação de sentido proposta por eles, porém construo outras possibilidades de composição visual; recorto da arte deles elementos que me inspiram a construir outros arranjos, sem que eu precise desapropriar o sentido de origem. Nesta obra, as composições de minha autoria misturam elementos de todas as quatro artes e, desta maneira, tento ampliar a interação do leitor com as composições dos artistas, já que fragmentos das propostas visuais deles migram para outras partes do livro.

Para concluir esse ensaio, penso que seja importante dar relevo à questão de gênero no campo do Design Editorial. Deve-se ter em vista que na história da produção

de códices, desde as oficinas monásticas da Idade Média, a confecção de livros é uma atividade exercida por homens; geralmente por monges experientes. Na atualidade algumas designers já aparecem no cenário da produção de livros, como a paulistana Eliana Ramos, que atuou na editora Cosac Naify, mas a figura profissional do homem ainda é agressivamente preponderante. Em Sergipe, temos como referência o trabalho da designer Gabi Etinger, o qual apresenta componentes artísticos sem igual. O que estou tentando dar relevância é o quão oportuno está sendo apresentar o meu processo criativo aqui na Revista Cumbuca para estabelecer representatividade feminina no cenário do Design Editorial, já que a literatura específica ainda não se ocupa em apresentar, com proporcionalidade, a designer que produz livros.

REFERÊNCIAS

LABARRE, Albert. **História do livro**. Tradução de Maria Armanda Torres e Abreu. São Paulo: Cultrix; Brasília: INL, 1981.

LEÓN-PORTILLA, Miguel. **Códice**: os antigos livros do novo mundo. Tradução de Carla Carbone. Revisão técnica de Eduardo Natalino dos Santos. Florianópolis: Editora da UFSC, 2012.

LYONS, Martyn. **Livro**: uma história viva. 1ª Ed. Tradução de Luís Carlos Borges. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2011.

TSCHICHOLD, Jan. **A forma do livro**: ensaio sobre tipografia e estética do livro. Tradução de José Laurênio de Melo. Cotia/SP: Ateliê Editorial, 2007.

ZAPPATERRA, Yolanda; CALDWELL, Cath. **Design editorial**: Jornais e Revistas/mídia impressa e digital. Tradução de Edson Furmankiewicz. 1. ed. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

gedesenhadora.wordpress.com

Mário Britto e o Mercado Sergipano de Artes Plásticas

“Sergipe não fica a dever ao Brasil em artes visuais”

Por Jozailto Lima

As artes plásticas em Sergipe, as artes visuais, de alguns anos para cá não podem se dizer órfãs de um olhar zeloso, crítico, estudioso, potencializador e protetivo. Este, porém, sem ser paternalista. Esse olhar vem de Mário Britto, 55 anos, um sujeito que joga, generosamente, em uma dezena de posições quando estão escaladas as atividades das artes visuais – pinturas, fotografias, esculturas – concebidas por sergipanos, além de atividades da memória ligadas a elas.

Mário Britto tanto fez e faz pela área que hoje é nome de galeria, a mais diversa e badalada de Sergipe, localizada na Rua Villa Cristina (ao lado da Semear). A galeria Mário Britto expõe uma das maiores e mais expressivas coleções de artes plásticas de Sergipe. Ele monta exposições, envolve-se com salões e, até, e sobretudo, com trâmites que colocam artistas plásticos sergipanos em contato com o mundo, em eventos internacionais. É, às vezes, caçado nas ruas e em eventos por quem garatuja um traço aqui e outro ali e quer chancela para ser artista plástico.

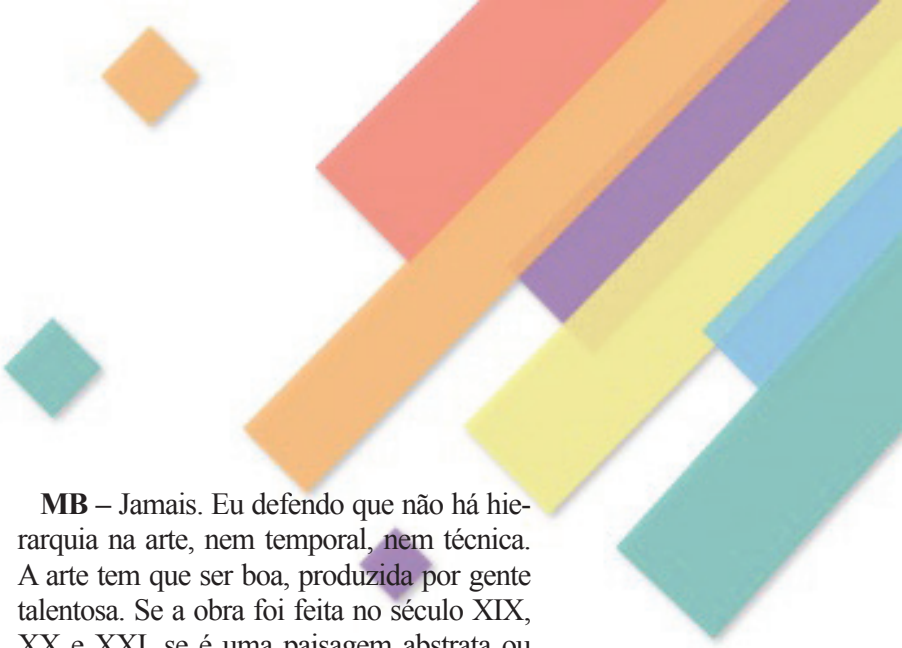
A ponta maior do iceberg protetivo e potencializador das artes plásticas em que se transformou esse tal Mário Britto, um advogado e procurador do Estado de Sergipe com formação pela Universidade Federal de Sergipe, está no arsenal de livros que escreveu sobre o tema: nada menos que 22 ao todo. Entre estes, quatro sobre a vida e a obra de Jenner

Augusto da Silveira, o sergipano de Aracaju – que muitos pensam ser de Lagarto – e que, na década de 1940, se mudou para a Bahia depois de pintar os painéis do Cacique Chá. De lá, a partir de Salvador, fez uma revolução no âmbito do Nordeste no tocante à pintura modernista, emparelhando-se a Di Cavalcanti e a Cândido Portinari. Ultimamente, Mario Britto se ocupa da edição do livro *“A Vida Me Quer Bem”* do cronista Amaral Cavalcante.

Do alto dessa atalaia de observação da vida das artes plásticas sergipanas, Mário Britto não tem medo de errar em sua conclusão: “Sergipe não deixa a dever ao Brasil em artes visuais”, diz.

Mário Britto – de certa forma, até diferentemente das outras expressões artísticas, na parte das artes visuais há um bom trilha sen-





do percorrido em Sergipe. O Estado tem uma tradição nas artes visuais, que remonta ao século XIX, com Horácio Hora, que vai para Paris e denuncia, no bom sentido, a existência de uma arte ainda no século XIX, início do século XX, acontecendo no Brasil e, particularmente, em Sergipe, quando ele se torna um dos importantes representantes do Romantismo na cultura internacional. Isso já dá o tom dessa tradição. Jordão de Oliveira, também no comecinho do século XX, vai para o Rio de Janeiro, recebe uma bolsa e vai para a Escola de Belas Artes, levando o nome de Sergipe. Jordão era um bom anfitrião e recebia os contemporâneos e conterrâneos muito bem, mantendo esse link de Sergipe com o eixo Rio-São Paulo, que foi onde sempre ocorreram os grandes eventos das artes plásticas. Diante disso, Sergipe não deixa a dever ao Brasil em artes visuais.

JLPolítica – E no aspecto da contemporaneidade?

MB – Hoje, com os fóruns, os debates, os festivais, a arte contemporânea tem alguns protagonistas importantes em Sergipe, pelo menos o grupo liderado por Fábio Sampaio, Bené Santana, Elias Santos, Véio, que eu diria são artistas de vanguarda, que têm a linguagem da contemporaneidade, da arte conceitual, que envolve questões sociais, ecológicas. É uma arte que denuncia, questiona e vai além de sua missão inicial: emocionar. A arte contemporânea, essencialmente, traz o conceito no desenvolvimento integral do cidadão.

JLPolítica – O senhor está colocando os contemporâneos como mais importantes do que os do passado, os canônicos?

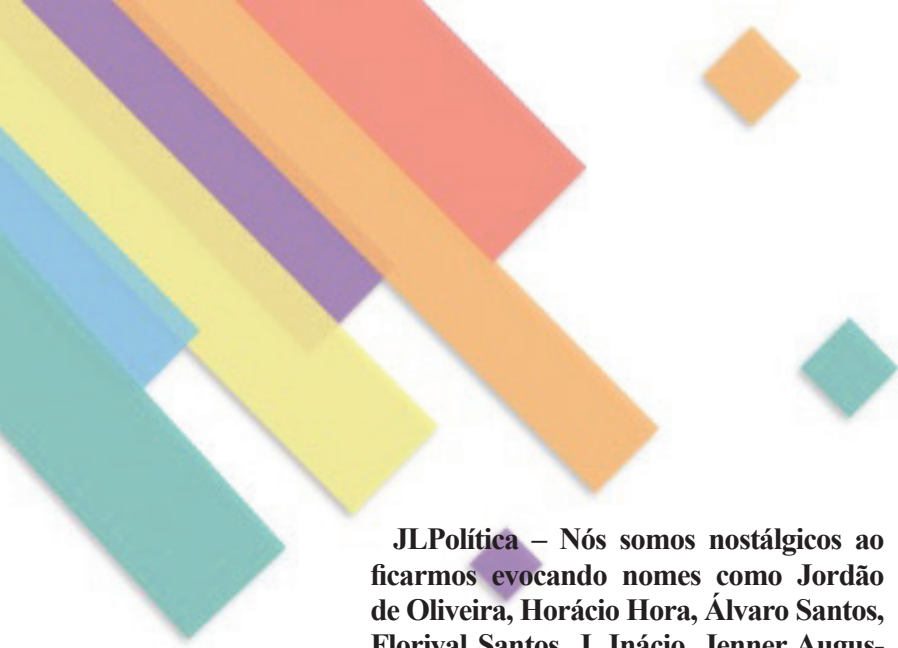
MB – Jamais. Eu defendo que não há hierarquia na arte, nem temporal, nem técnica. A arte tem que ser boa, produzida por gente talentosa. Se a obra foi feita no século XIX, XX e XXI, se é uma paisagem abstrata ou acadêmica, nada disso importa, todas têm o seu valor próprio.

JLPolítica – Há uma demanda interna ativa ou dormente em Sergipe?

MB – Ativa e crescente, e me sinto feliz, porque dentro das expressões da arte, na minha opinião, talvez por eu estar mais perto dela, a arte visual é a que mais aparece no cenário artístico nacional e internacional.

JLPolítica – Qual foi o momento na história das artes plásticas em que o Estado mais falou alto?

MB – Tivemos alguns momentos e com vários artistas, mas destaco Jenner Augusto, quando ele pinta os painéis modernistas para o Cacique Chá, e quando, em 1949, ele vai para a Bahia e se envolve com toda a efervescência cultural que lá acontecia. Sergipe sempre teve essa ligação com a Bahia e com Jenner. Outro destaque importante de nossa pintura é Jordão de Oliveira que, morando no Rio de Janeiro, desde a década de 1930, sempre recepcionou os artistas conterrâneos, como Antônio Maia, Zé de Dome, Gervásio Teixeira, Zé Lima, Leonardo Alencar, entre tantos outros. Ressalto aqui a importância de Florival Santos, irmão de outro talentoso artista, o Álvaro Santos, que fazia de sua residência, em Aracaju, ponto de encontro e de fomento às artes, acolhendo tanto os artistas já consagrados como os novatos.



JLPolítica – Nós somos nostálgicos ao ficarmos evocando nomes como Jordão de Oliveira, Horácio Hora, Álvaro Santos, Florival Santos, J. Inácio, Jenner Augusto ou não existe o apelo suficiente entre os contemporâneos?

MB – O nostálgico existe na medida em que desperta hoje, em Sergipe, um interesse em resgatar esses grandes artistas do passado. Eles permanecem no desejo dos colecionadores, que, hoje, querem tê-los em suas coleções. Isso é muito gratificante, porque a ideia do colecionismo vem muito desse trabalho particular que eu venho fazendo como colecionador e como incentivador, dizendo a eles que não é apenas bacana ter uma parede com quadros, e sim ter uma parede com histórias. E os quadros desses artistas contam histórias.

JLPolítica – Quem é que de novo e novidadeiro levanta o crachá, e arma bem o cavalete hoje nesse setor, além desses nomes contemporâneos que o senhor citou?

MB – Na fotografia, por exemplo, tem muita gente boa. Temos Gilton Rosas, que é um arquiteto e tem feito fotografias de repercussão; Fábio Pamplona e Leonardo Santana. A fotografia passa por um preconceito muito grande, como se ela fosse uma subarte. E quando eu digo que não há hierarquia é no sentido mais absoluto: a arte não pode sofrer nenhum tipo de hierarquia, muito menos de preconceito.

JLPolítica – Qual o limite da arte para ser chamada de tal?

MB – Ela tem que apenas ser boa. Tem que ter essência. Na pintura, Elias Santos é hoje um grande protagonista, porque além de ar-

tista, ministra cursos de pintura no seu ateliê e tem uma geração acontecendo, que estuda, que sabe que o talento é nato, mas que também é preciso ter técnica e conhecimento técnico. Nesse cenário, Elias tem sido muito importante.

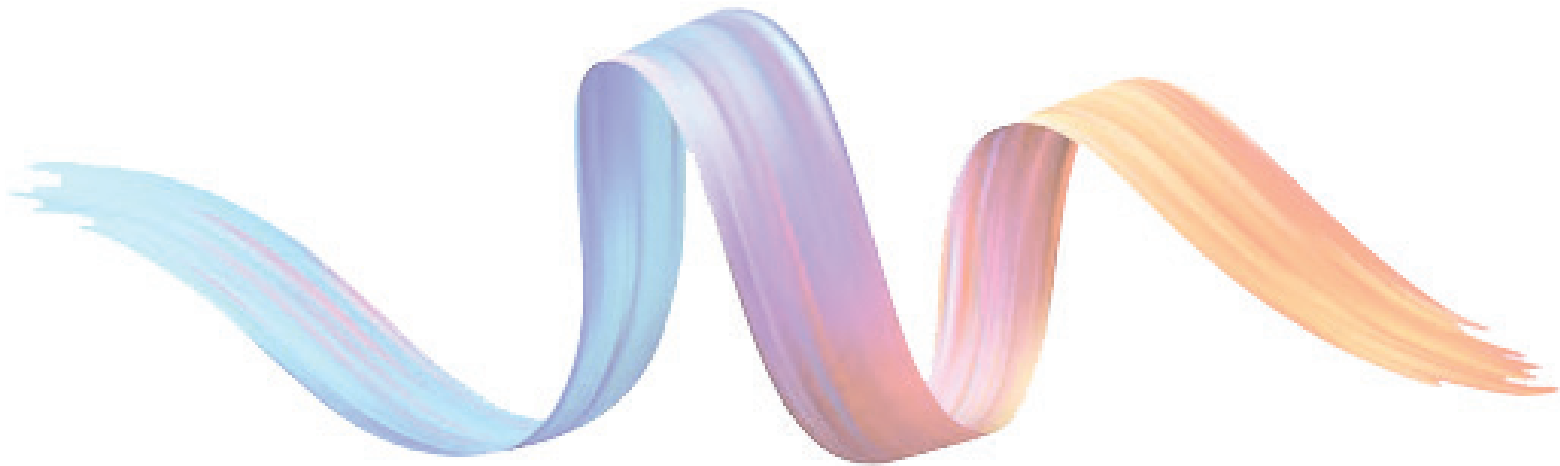
JLPolítica – Quais são os nomes contemporâneos daqui que hoje pontuariam bem numa coletiva nacional?

MB – Fábio Sampaio é o nome que já pontua muito bem. Eu já tive oportunidade, como curador de Fábio Sampaio, de levar quadros dele, para fora do país – França, Áustria—por ocasião de eventos culturais importantes. O livro dele que eu organizei e editei, foi feito em português, francês e inglês, com o interesse de internacionalizar a obra dele. E o que você vê nas galerias do mundo hoje é exatamente o que Fábio Sampaio está fazendo aqui em Sergipe.

JLPolítica – Qual é o papel do Estado no fomento às artes plásticas?

MB – Eu acho que o Estado não tem que ser paternalista. Ele não pode ter essa coisa do assistencialismo, mas precisa criar as oportunidades. Por exemplo, no âmbito municipal, a Galeria Álvaro Santos é um local importante para o fomento da arte, é a primeira galeria pública de Sergipe. Lá é realizado o “Salão dos Novos”, que é um importante evento, no qual muitos nomes das artes são revelados. Então, na esfera municipal, eu citaria a Galeria Álvaro Santos como um bom palco para a manifestação das artes visuais.

JLPolítica – Qual foi o papel da antiga Secretaria de Estado da Cultura frente às artes plásticas?



MB – Eu estive na Secretaria durante quase dois anos, convidado pelo então secretário Elber Batalha, que montou uma equipe com pessoas de conhecimento em áreas específicas. Representei as artes visuais e contínuo, de certa forma, a representá-las como membro do Conselho Estadual de Cultura. Enquanto estive lá, houve o resgate do Corredor Cultural, que nada mais é do que um corredor transformado em galeria de arte, no qual, mensalmente, realizávamos exposições. Era uma oportunidade para convidar o pessoal novo para participar de exposições coletivas, o que já trazia uma amplitude de possibilidades que iam além das artes visuais. Tínhamos espaço para outras expressões artísticas, como o teatro, a dança e a música. Era um momento muito importante. Foi dado o nome de Irmão (Wellington dos Santos), um grande artista sergipano, economista, ex-funcionário da SECULT. Na verdade, o Corredor Cultural Irmão, que já existia no passado, foi resgatado exatamente nesse período em que eu estive na Secretaria. Como, também, foram reconquistados dois outros importantes lugares: o Espaço Cultural Leonardo Alencar, no foyer da Biblioteca Pública, e a antiga Galeria J. Inácio, que estava há anos sem atividade, mas que passou a ter exposições periódicas, selecionadas mediante editais. É dessa forma que eu entendo ser o papel do Estado.

JLPolítica – Ficar sem esta Secretaria de Cultura fez falta?

MB – A questão não é a Secretaria fisicamente em si. É a gestão. Não é a nomenclatura ou o espaço físico que definem as ações e as políticas de cultura. Evidentemente que uma Secretaria, com o seu status,

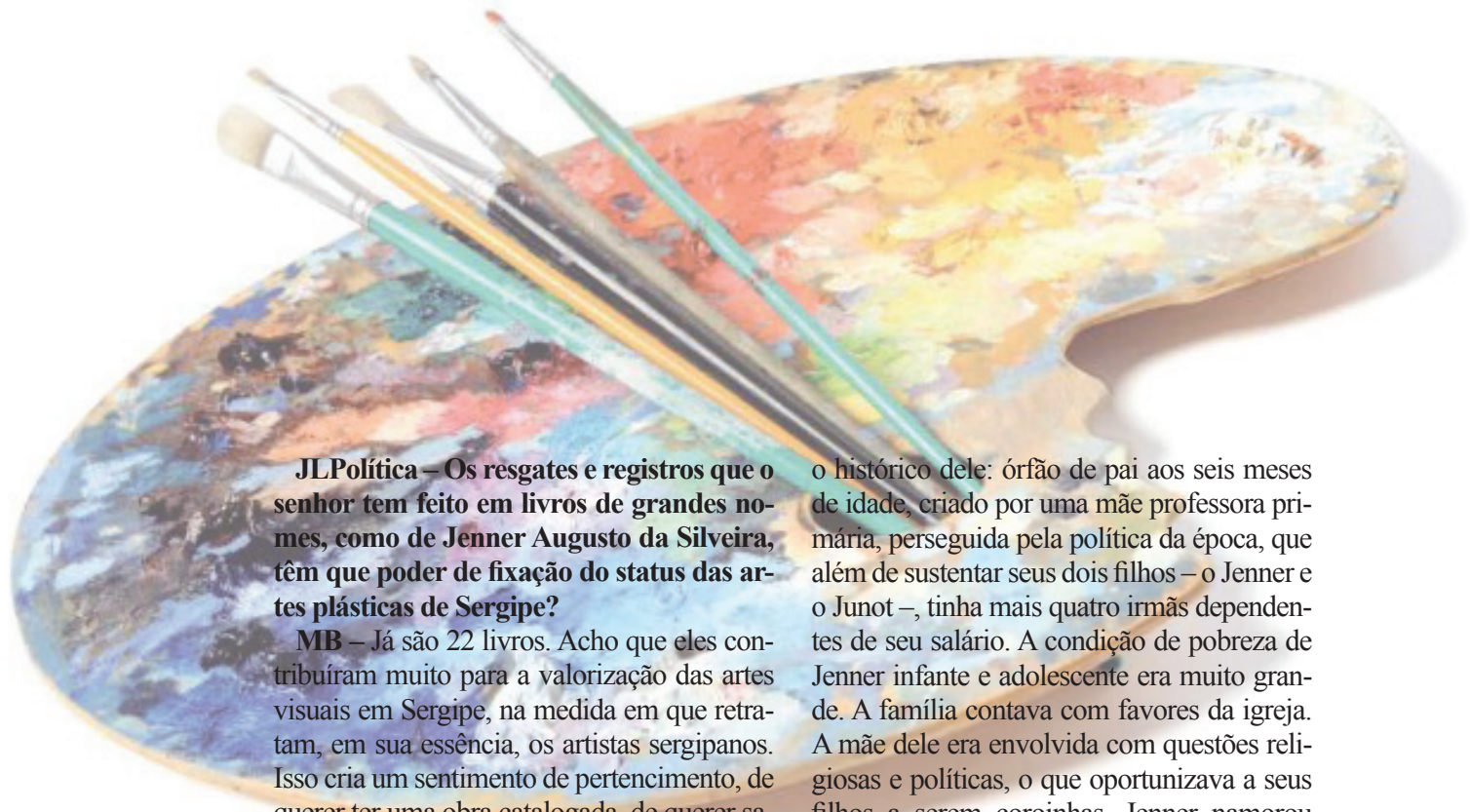
facilita a comunicação. Mas espero que, mesmo transformando-a em Fundação, as ideias que foram colocadas em prática e que deram bastante resultado e visibilidade, sigam existindo. Até porque como os editais eram públicos, tivemos exposições de artistas de diversos lugares. Também é importante, que o ente público foque, no artista sergipano, mas não somente dentro da matriz sergipana. A forma de você tornar o sergipano conhecido é tirá-lo da redoma do Estado e levá-lo para fora e trazer o de fora para cá. Não tenho dúvida: é esse intercâmbio cultural, que fomenta e valoriza as artes visuais.

JLPolítica – Quem consome artes plásticas em Sergipe, sempre e hoje?

MB – De certa forma, a gente tem que desconstruir um pouco o discurso de que consumir arte significa ter dinheiro. Claro que qualquer relação de consumo passa pelo financeiro, mas consumir arte não é só no sentido de comprar. Consumir arte é apreciar, é também ir a uma exposição.

JLPolítica – Quantos quadros o senhor tem pessoalmente?

MB – Tenho oficialmente uma coleção, que é um recorte que resultou em um livro, “*Um sentir sobre as Artes Visuais em Sergipe*”. Quando da comemoração dos meus 50 anos, eu elegi, sem nenhum critério mais específico, 50 artistas sergipanos ou artisticamente considerados como tais; desses, escolhi 120 obras. Hoje, eu vou às escolas falar sobre esses artistas, que transitam do século XIX ao século XXI, nas suas mais variadas manifestações: pinturas, esculturas, desenhos, fotografias e arte popular.



JLPolítica – Os resgates e registros que o senhor tem feito em livros de grandes nomes, como de Jenner Augusto da Silveira, têm que poder de fixação do status das artes plásticas de Sergipe?

MB – Já são 22 livros. Acho que eles contribuíram muito para a valorização das artes visuais em Sergipe, na medida em que retratam, em sua essência, os artistas sergipanos. Isso cria um sentimento de pertencimento, de querer ter uma obra catalogada, de querer saber a importância daquele artista. Quem conta essas histórias são os livros... Esses livros resgatam um sentimento de pertença, que é muito importante para valorizar o que se tem, é muito gratificante chegar em casa e dizer: “Eu não vou sair hoje à noite, ficarei em casa contemplando a minha coleção”. Tem livro de várias tiragens. Por exemplo, o primeiro de Jenner Augusto teve quatro mil exemplares e foi esgotado. Teve uma segunda edição, a convite do Banco do Brasil, de mais 2.500 livros. O que posso afirmar, e com muito orgulho, é que eu nunca ganhei um centavo com esses livros. Eles nunca tiveram como finalidade o lado comercial. Um detalhe: eu coloco nos meus livros a inscrição “venda proibida”. É como a mulher de Cesar: não basta ser honesta. Tem que parecer.

JLPolítica – Se Jenner Augusto da Silveira tivesse se mantido em Sergipe, não ido para a Bahia, ele seria esse Jenner Augusto da Silveira que se tornou?

MB – Infelizmente e provavelmente, não. Não podemos comentar sobre uma situação que não aconteceu. O que posso afirmar é que a ida para a Bahia foi decisiva para Jenner Augusto ser Jenner Augusto. Considerando

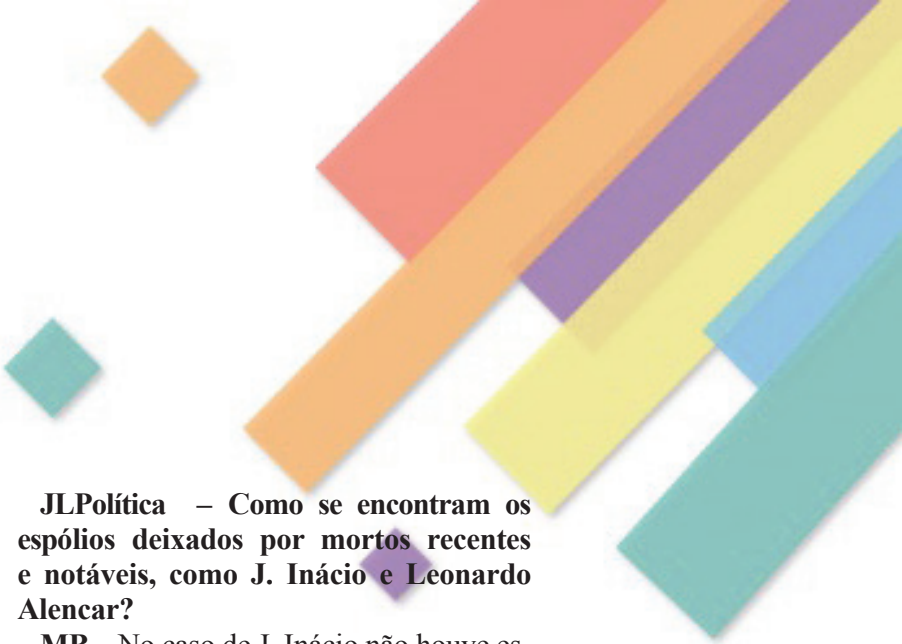
o histórico dele: órfão de pai aos seis meses de idade, criado por uma mãe professora primária, perseguida pela política da época, que além de sustentar seus dois filhos – o Jenner e o Junot –, tinha mais quatro irmãs dependentes de seu salário. A condição de pobreza de Jenner infante e adolescente era muito grande. A família contava com favores da igreja. A mãe dele era envolvida com questões religiosas e políticas, o que oportunizava a seus filhos a serem coroinhas. Jenner namorou uma sergipana de classe média, da família Mendonça, de Laranjeiras. Ele foi para Salvador, mas ela não pôde acompanhá-lo. Não poderia visitá-la, por isso casaram-se por procuração. Luíza foi a única mulher dele.

JLPolítica – Essa pobreza também alcança J. Inácio...

MB – De certa forma, sim. Mas a de Jenner teve a questão de ter saído de Aracaju. Ele chega em Salvador muito pobre e consegue se firmar no cenário nacional das artes. Não sei se Sergipe teria dado essa oportunidade a ele. Jenner volta a Sergipe para inaugurar o Museu Histórico de Sergipe, em São Cristóvão, que ele realizou com o prestígio que tinha e através de amizade pessoal com importantes artistas nacionais. Consegue fazer o que é hoje o museu, resgatando, inclusive, as obras de Horácio Hora.

JLPolítica – Tirando Caã, de J. Inácio, não é tradição gerar descendentes nos pintores de Sergipe?

MB – Veja, Jenner tem um filho, o Guel, e o neto, Zeca Fernandes, que são artistas conhecidos. Guel é nacional e internacionalmente celebrado. Eu já fiz exposições dos dois fora do país. Eles seguiram a tradição.



JLPolítica – Aquela lei de que só se inaugura prédios, mesmo que da iniciativa privada, com quadros de artistas locais nos halls, está valendo e sendo cumprida?

MB – Está valendo, sendo cumprida, mas não considero a melhor forma. Ela é cumprida por uma imposição legal que é a necessidade de se ter uma obra nos prédios. Tem um quadro, está resolvido o problema. A melhor forma seria fazer as aquisições por editais, com escolhas que valorizassem os artistas, sem a preocupação de colocar no hall de um prédio, que tem apartamentos que valem R\$ 1 milhão de reais, uma obra que custa R\$ 100 reais no mercado.

JLPolítica – O senhor questiona, então, a qualidade das obras?

MB – Sim, essencialmente a qualidade. Porque se atende ao requisito legal da presença da obra, mas não se tem o cuidado de que sejam obras representativas. O que é muito ruim, porque talvez essas construtoras, que vendem tão caros esses apartamentos, deveriam lançar editais para adquirir obras mais representativas.

JLPolítica – Os pintores de Sergipe têm noção da importância e da unidade de classe, ou são fraticidas?

MB – Dentro das manifestações artísticas, ainda acho que a que melhor tem inter-relação são as artes visuais. Infelizmente, você não vê muito show de um cantor sergipano com outros cantores prestigiando, isso serve para o teatro e para a literatura. Nas artes visuais, acho que há um pouco, mas muito aquém do que deveria.

JLPolítica – Como se encontram os espólios deixados por mortos recentes e notáveis, como J. Inácio e Leonardo Alencar?

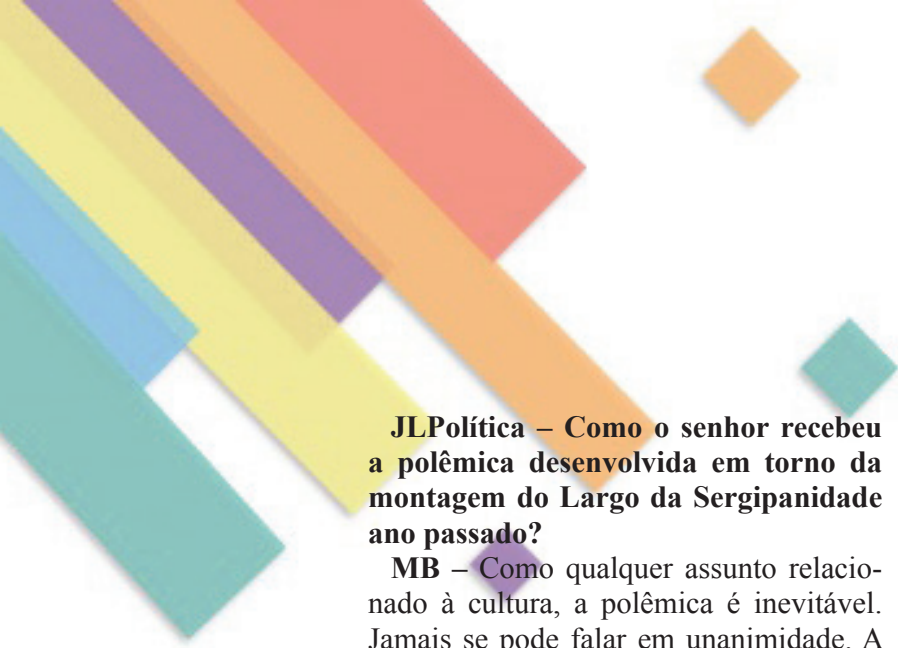
MB – No caso de J. Inácio não houve espólio. Ele fez uma pintura de sobrevivência. Era uma pintura do dia a dia. Isto não tira dele o mérito de ser um grande artista, mas o prejudicou. E os filhos dele, com os quais eu tenho uma relação de convivência, não ficaram com esse espólio. Já no caso de Leonardo Alencar, Cida, que era a mulher dele, conseguiu ainda preservar algumas obras.

JLPolítica – Já foram vendidas?

MB – Sim, uma parte. Não tenho acompanhado, mas como frequentador da casa posso lhe dizer: ele deixou uma razoável quantidade de obras de arte, assim como fez o Jenner. O Jenner, literalmente, fez o que a gente chamou de “coleção da viúva”. Ele tinha esse cuidado. Como ele nunca trabalhou com carteira assinada, a cada coleção que fazia, reservava alguns quadros como sendo espólio da futura viúva, porque ele sabia que ele morrendo, a família teria pelo menos esse patrimônio.

JLPolítica – Ainda tem inédito dele com a família?

MB – Tem, exatamente nessas coleções. Mas, com o falecimento de Luiza, a viúva de Jenner, eu trouxe essa coleção para Aracaju. Essa coleção era de 102 quadros e eles resultaram em mais um livro. Eu já fiz quatro livros sobre Jenner. Então, essa coleção voltou para Sergipe e vai permanecer em Sergipe. Ela está nas casas dos sergipanos.



JLPolítica – Como o senhor recebeu a polêmica desenvolvida em torno da montagem do Largo da Sergipanidade ano passado?

MB – Como qualquer assunto relacionado à cultura, a polêmica é inevitável. Jamais se pode falar em unanimidade. A arte por si só questiona, provoca, agrega e desagrega; é exatamente a função dela. Se a arte não inquietar, ela não cumpriu sua função. Na questão do Largo, acho que alguns questionamentos são procedentes, outros não. A ideia do projeto é fantástica! É um espaço que se criou. Uma forma de mostrar a cara sergipana. Com relação aos questionamentos, principalmente com relação à autoria das obras, do porquê não ter sido feita por sergipano, será mesmo que em Sergipe não tem artista? Talvez sim, talvez não. Eu acho que poderia ter sido discutida melhor essa questão da confecção das obras. E a representatividade? Se tivessem 10 estátuas, estaria faltando; se tivessem cem, estaria faltando. Então, não tem jeito. Ali tem que ser entendido como um momento, um recorte.

JLPolítica – Mas soma?

MB – Eu acho que ele agrega muito mais do que qualquer outra coisa. Questiona-se: é prioridade? Claro. Se só tivermos uma obra de arte pública quando não tivermos mais problemas em hospitais, na segurança, na educação, a cultura nunca vai ter absolutamente nada. O que tem que ter é seriedade: dinheiro da cultura para a cultura, dinheiro da educação para a educação, dinheiro da segurança para a segurança.

JLPolítica – Os painéis de Jenner, recuperados no Cacique Chá, estão de

fato preservados?

MB – Sim. Eles são a maior obra de Jenner, felizmente preservadas depois de 10 anos de abandono. São a maior referência do artista por vários motivos. Do ponto de vista artístico, por marcarem o modernismo no Nordeste – a disposição do desenho, essa ausência de preocupação com a escola clássica, acadêmica, uma coisa de Di Cavalcanti e Cândido Portinari – é tudo muito mais importante do que o que você está vendo. Isso é muito significativo para as artes visuais e para um artista. A Mona Lisa não é a obra mais bonita de Leonardo da Vinci, mas ela é, definitivamente, a obra mais importante do mundo. Ela marca a mudança de uma era. Então, uma obra que tem o poder de marcar uma época, como é o caso dos painéis de Jenner, por si só, é muito importante.

JLPolítica – E marca também uma diáspora, já que ele pinta no ano em que vai embora...

MB – Sim. Ele teve aquela visão de que o Cacique Chá já era um espaço de discussão política e palco de acontecimentos sociais relevantes. Um local de efervescência nas décadas de 1950 e 1960, onde mulheres não frequentavam em um primeiro momento, e que depois passou a ser o lugar mais chique de Aracaju. Era um lugar que questionava! O “Cacique Chá” está para Aracaju assim como o “Anjo Azul” esteve para Salvador. O da Bahia não existe mais, mas era exatamente o lugar que Jenner frequentava, assim como Dorival Caymmi, Jorge Amado, Carlos Bastos, Mário Cravo e todos os demais artistas modernistas daquela geração, assim como acontecia, guardadas as proporções, com o nosso Cacique. O nosso tinha uma

Ambientes da galeria Mário Britto



cozinha de vanguarda, tinha uma pegada diferente. Então esses painéis marcam a introdução do modernismo no Nordeste, através da pintura de Jenner, porque quebram paradigmas, por terem sido feitos num lugar que conta a história de Sergipe, com seus questionamentos e inquietudes; porque resgata o Cacique como protagonista da história do Brasil e do Estado.

JLPolítica – Mas sociologicamente o painel sinaliza também algo forte da história do Estado, no embate entre índios e brancos.

MB – Sim. São importantes pela história, pelo conteúdo, pelo resgate. São de uma importância extraordinária. Você vê que a visão do branco retrata o cacique com cérebro pequeno e ombros largos,

porque, para ele, o que importava era a força. E, além desses painéis, Jenner tem outros, como o que está no foyer do Teatro Atheneu (antes ficava no restaurante do Hotel Palace); o do Edifício Walter Franco; e mais dois que estavam no aeroporto, um continua lá em uma sala sem visitação, o que é um crime, porque uma arte que não é visitada, é uma arte assassinada; o outro, que foi resgatado e transferido pela Energisa para a sede da empresa. Esses painéis vieram da cultura muralista, e Jenner, por ser um homem de vanguarda, trouxe-os para Sergipe. Tempos depois, na década de 1960, dois importantes painéis foram pintados aqui por Jordão de Oliveira, que são os painéis que ornaram o hall do Palácio-Museu Olímpio Campos. Eles retratam a economia da época. E o próprio Jenner, assim como Leonardo Alencar, ajudaram na montagem.

Rádio Aperipê AM chega aos 80 anos

Emissora pública marca a história da radio-
difusão sergipana se reinventando

Camila Santos



A radiodifusão em Sergipe começou na Aperipê AM, e ela está completando 80 anos em 2019. Inaugurada em 30 de junho de 1939, a primeira emissora de rádio do Estado se mantém firme no ar, alcançando ouvintes além-fronteiras com um conteúdo que incorpora o regionalismo nordestino e a radiofonia falada, caracterizada pela abertura dos seus microfones para a grande participação de ouvintes, como a aposentada Edilene Bastos, 59 anos. Diariamente sintonizada na frequência 630kHz, ela simplifica esta característica da emissora: “a rádio AM fala da importância dos ouvintes, digo que é falar com o seu vizinho, é no pé do ouvido”, classifica.

Chegar deste modo às oito décadas marca não somente a idade da emissora, mas, sobretudo, a história da radiodifusão sergipana. Também a história política, cultural, econômica e social, que a emissora ajudou a contar e construir junto com o sentimento de sergipanidade que sempre propagou. Por isso, tão importante data deve ser lembrada. A emissora foi a primeira a unir a capital Aracaju e os municípios

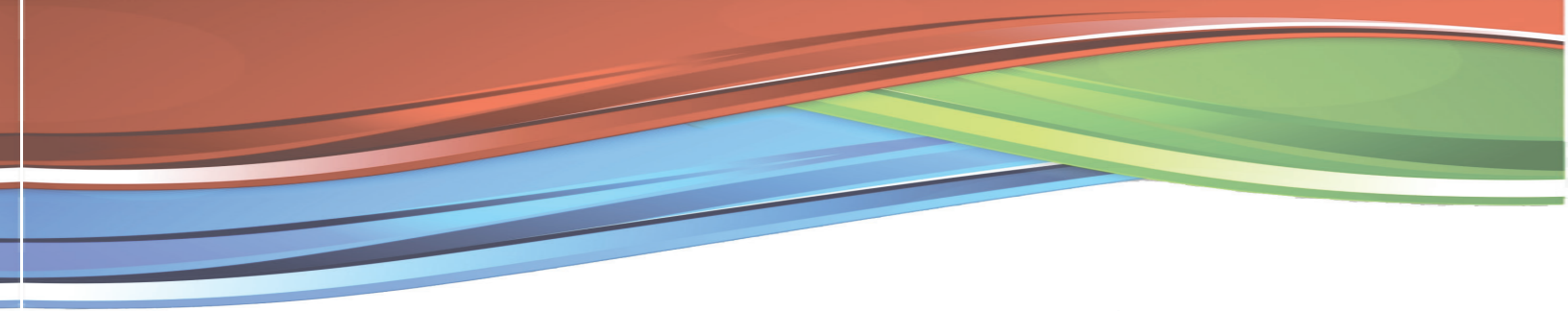
do interior numa mesma sintonia.

Nela, relevantes comunicadores construíram suas trajetórias, como o jornalista Raimundo Macedo, que atualmente comanda o programa Show Esportivo, que em setembro completará 40 anos e já foi apresentado também pelos radialistas Paulo Lacerda e César Cabral. O noticiário esportivo e as transmissões, ao vivo, dos jogos dos times locais de futebol, são atrativos característicos da rádio Aperipê AM.



Raimundo Macedo





O professor e radialista Vilder Santos acompanha parte significativa desta história, tendo uma relação próxima com a emissora. “Eu comecei a ouvir a Aperipê quando eu tinha seis anos, em 1950. Naquele tempo pouca gente em Sergipe possuía o receptor de rádio e a gente até se deslocava para as bodegas, famosas, para ouvir as transmissões radiofônicas. A Aperipê era a única do nosso Estado e a gente ouvia, muitas vezes a retransmissão pelos potentes projetores das empresas de publicidade, transmitindo a programação da Aperipê. Então foi assim que eu tomei conhecimento e logo me apaixonei”, relatou.

80 ANOS E RENOVANDO-SE



Integrando o sistema de comunicação pública, juntamente com a rádio Aperipê FM e a Aperipê TV, ela faz parte da nova Fundação de Cultura e Arte Aperipê de Sergipe (Funcap/SE), instituída em 2019 pelo governador Belivaldo Chagas, após a fusão da Fundação Aperipê de Sergipe com a secretaria de Estado da Cultura. O gestor estadual fala desse novo momento da emissora pioneira, que integrada numa transmissão crossmedia, na veiculação do Papo Reto, inova na radiodifusão mais uma vez.

“Daí a importância da gente compreender o papel da AM e, por isso mesmo, a gente vem a Aperipê, faz o nosso programa Papo Reto prestigiando a emissora e sendo prestigiado por ela, utilizando-se, portanto, desse espaço que entra na casa de todo cidadão sergipano e além-fronteiras, para a gente se dirigir à população e levar portanto a nossa mensagem. Eu acho que o papel da Rádio AM foi e é importante, em que pese a gente hoje ter progredido, se é que isso é progresso, para o sistema de frequência modulada, mas a rádio que funcionou em ondas médias, a famosa AM, foi que primeiro chegou, que era e ainda é ouvida desde o cidadão que está lá na sua roça, àquele que vai tirar o seu leite, é o banquinho para tirar o leite, o balde e o radinho, e isso aconteceu a vida toda e portanto, oitenta anos. Eu fico aqui pensando e olhando para Conceição e sentindo nela o mesmo desejo que eu tenho, da gente chegar também aos 80 anos”, comentou o governador.

Para a presidente da Funcap, Conceição Vieira, esse é um momento de felicidade para o Governo de Sergipe, e para aqueles que fazem o sistema Aperipê





Chiquinho Ferreira



Francisco Carlos - Paradinha do Chicão

como um todo, pois esse marco revela a história de Sergipe contada pela antiga Difusora e atual Aperipê AM, por isso a importância e a grandeza da primeira rádio de Sergipe e dos homens e mulheres da comunicação que nela atuaram, pois são oitenta anos, também, da história coletiva do povo via comunicação.

“Seja no esporte, na informação, no noticiário da maneira geral, na diversão e em tudo aquilo que diga respeito à construção do povo de Sergipe, a rádio Aperipê AM esteve à disposição e continua contando das mais variadas formas e estilos dos seus comunicadores, do popular ao erudito, do mais sério e comprometido ao mais relaxado e descontraído, enfim, cada um com sua característica tem nesses oitenta anos mostrado uma faceta da personalidade grandiosa do povo sergipano. E tem também acolhido as pessoas que aqui aportam para

se tornar sergipanos de coração, aqui residindo, aqui construindo sua vida, mas especialmente para aquele homem e mulher do rádio AM, que tem dado a sua contribuição através desse veículo. Está de parabéns a Fundação de Cultura e Arte Aperipê de Sergipe, aqueles que a constituem hoje e todos aqueles que por ali passaram. A cada um deles e à rádio Aperipê AM, o nosso agradecimento de coração, e continue cumprindo a sua tarefa de comunicadora mais antiga e oficial, vamos dizer assim, por ser pública, no Estado de Sergipe”, disse Vieira.

E neste 80º aniversário, a emissora faz parte de um “experimento comunicacional” que reinventa a própria radiodifusão. Ela transmite, simultaneamente com a rádio FM, a televisão e as plataformas de redes sociais digitais, o programa Papo Reto. Pilotado pelo próprio governador do Estado, ao vivo, o espaço aberto de interlocução com o cidadão sergipano se originou como uma live no Facebook, mas agora, com essa cadeia que envolve telecomunicação e radiodifusão, está inovando na forma de fazer comunicação social pública com um



Gerivaldo Peixoto



Sérgio Souza

modelo híbrido e inédito em Sergipe.

O atual diretor de Radiodifusão da Funcap, Chiquinho Ferreira, destaca que, além de toda a história na radiofonia que a emissora carrega, ela foi o berço de muitos nomes que começaram ou fizeram carreira no rádio, um veículo que se mantém firme mesmo com todas as ferramentas e novas tecnologias da informação que estão à disposição do público. “Em nome de Silva Lima, em memória, e de Taiobinha, que ainda é nosso colaborador no programa ‘No pé da serra’, eu homenageio os demais profissionais que passaram pelos estúdios da 630 AM. E, como homem do rádio, tenho orgulho e alegria de poder fazer parte nesse momento do aniversário de 80 anos, porque mesmo tendo adquirido outras habilidades e experiências no Marketing e no Jornalismo, minha paixão, desde o início da minha carreira, vem desse grande veículo que é o rádio”, revelou o diretor, que começou a carreira na década de 80. Já Taiobinha, cujo verdadeiro nome é Manoel Moacir de Jesus, desde a década de 40 atua no rádio.

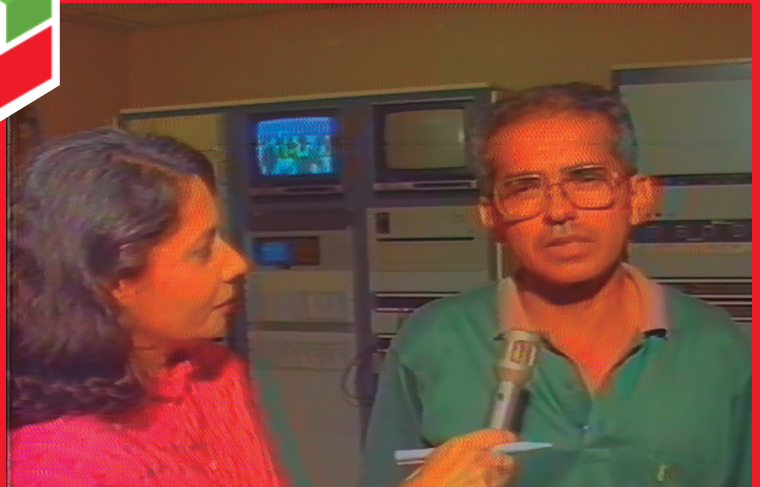
HISTÓRIA

O rádio foi inventado em 1895 por Guglielmo Marconi, que transmitiu mensagens a distâncias superiores a 3km sem a utilização de fios. No Brasil, a primeira experiência ocorreria em 1922, no Rio de Janeiro, durante as comemorações do centenário da independência. Por muitos anos foi um veículo restrito e elitizado, oferecendo músicas clássicas e palestras, até os anos 1930, quando começou a se modificar. A criação da Rádio Nacional, em 1936, foi outro marco nacional da radiodifusão. Essa passa a ser utilizada pelo governo Getúlio Vargas, quatro anos após a sua inauguração, como instrumento para o ufanismo ideológico do Estado Novo.

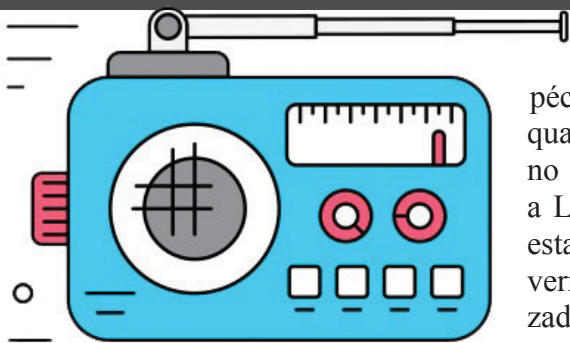
Em Sergipe, o surgimento da radiodifu-



Clenaldo e Clemilda



Professor Adriano



são teve uma espécie de “prefácio”, quando ainda em 1936, no mês de novembro, a Lei n.º 45 (artigo 1º), estabeleceu: “fica o Governo do Estado autorizado a despende até a

quantia de duzentos contos de réis (200:000\$000) para instalar, na cidade de Aracaju, uma estação de radiodifusão, nos moldes da legislação federal”. (D.O. Aracaju 28 nov. 1936. P.2625). Porém, somente em 7 de fevereiro de 1939, através do decreto de lei n.º 171, a radiodifusão chegaria de fato ao Estado, com a criação da Rádio Difusora Aperipê de Sergipe – PRJ-6. Como

explica o historiador Dilson Maynard, em seu livro *Entre microfones e bastidores*, inicialmente, as emissoras operavam

por ordem alfabética; em seguida, a classificação mudou para ZY, que independia da data de criação.

A Rádio Aperipê foi então instalada, de forma provisória, no Palácio do Governo e posteriormente transferida para o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, com o seu transmissor instalado na Av. Maranhão. A efetiva inauguração ocorreria somente em 30 de junho de 1939, e é esta a data comemorada oficialmente pelo Governo do Estado e pela Fundação de Cultura e Arte Aperipê de Sergipe, que a administra.

O ano de 1942 representou outro marco para a Aperipê AM. Durante o governo do último interventor federal, Augusto Maynard Gomes, a emissora foi transferida para o Palácio Serigy e teve seu nome trocado para Rádio Difusora de Sergipe, nome que é ainda recordado por muitos, como o ex-governador do Estado Jackson Barreto, que ainda se refere à emissora como “antiga Difusora”. No ano de 1972, quando o governador Paulo Barreto de Menezes, através da Lei n.º 1759 de 11 de dezembro deu origem à Fundação Aperipê, que passou então a administrar o complexo de co-



Nazaré Carvalho



municação de Rádio e Televisão, situado à época anexo ao Instituto de Educação Rui Barbosa. A Rádio voltou a ser a Aperi-pê AM e a operar com o prefixo ZYJ-920, com frequência de 630 quilohertz, e seu transmissor instalado no Parque dos Faróis. Nos anos 80, nova mudança de endereço, para a rua Capela. Atualmente, as duas emissoras de rádio e uma de TV, tem sede na rua Laranjeiras, 1837, no bairro Getúlio Vargas, que abriga a Diretoria de Radiodifusão da Funcap/SE.



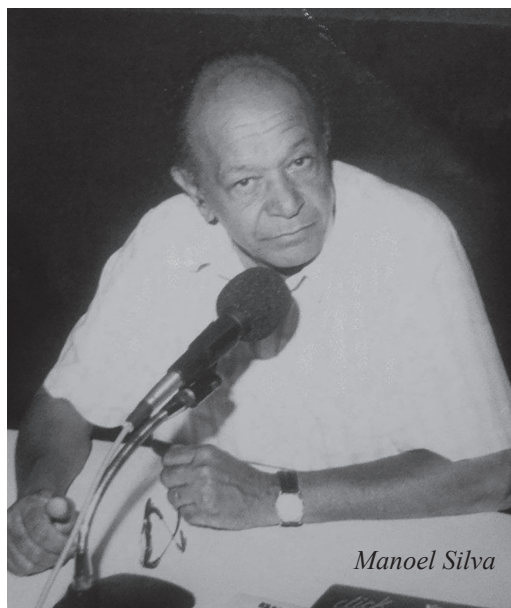
Álvaro Macedo

CURIOSIDADE

Antes da radiodifusão ser inaugurada, funcionou em Aracaju uma espécie de circuito fechado de comunicação – a Rádio Palácio do Governo (PYD-2) – cuja transmissão foi oficializada em outubro de 1938. Basicamente um serviço de alto-falantes que funcionava na faixa do exército.



Luciano Reis



Manoel Silva

Poesia

Raimundo Sotero de Menezes Filho



Nasceu em 15 de agosto de 1950, em Aracaju-SE. Filho de Raimundo Sotero de Menezes e Vera Maria Freire Sotero de Menezes, teve como pais adotivos os tios Paulo Faro e Vanda Freire de Faro. Formou-se pela Faculdade de Ciências Médicas em 1976 e pós graduou-se em Endocrinologia e Diabetes no Instituto de Diabetes e Endocrinologia Luiz Capriglione. Tornou-se uma figura destacada mundialmente no estudo da diabetes, participando de várias organizações internacionais. É membro titular da Academia Sergipana de Medicina, onde ocupa a cadeira Nº 40 que tem como patrono o Dr. Israel Bonomo. Publicou o livro de crônicas e poesias *Só Sotero*, já em 2ª Edição. E colabora com os jornais locais escrevendo artigos de cunho científico.



COTIDIANO

A máquina moía café
o braço movia a máquina
E a vontade movia o braço.

O café, de grão passava a pó
O espelho refletia uma imagem
Que por infelicidade era uma pessoa só.

O pó se juntará à água
À água e ao pó se juntará o açúcar
Mas ninguém adoça a ti: mágoa.

O efeito é fabuloso
O espírito fica despertado
Mas o homem é pó...

FOLHAS MORTAS

No chão das campinas
Nos campos, nas hortas
São sempre encontradas
As infelizes folhas mortas.

Folhas que caem, que rolam
Voando, correndo indo
Contando histórias passadas
Dos tempos de Apolo.

Nunca essas folhas
Tão velhas, tão belas, haviam caído
Agora que caem, sofrendo um esgar
Se tornam secas após terem morrido.

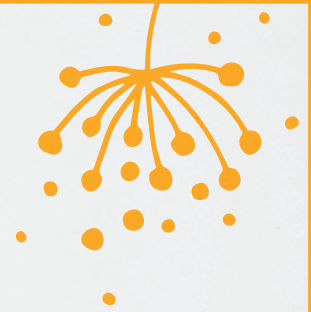
Sem beleza, sem cores
Encostando, batendo minha porta.

Sentindo em sua pele luz
Que são simples folhas mortas.



ERA UMA NOITE

Era uma noite,
Sem lua,
Sem amor,
Mas com você,
Pairava na noite uma cálida brisa
Qual seus braços sem vida a me envolver
Davam o prenúncio da vida
E o ar frio a penetrar-me no corpo
Era como teus lábios colados nos meus
E o amor?
Não sei do amor, porque eu só sabia
Que era uma noite.
E estava sem você...



CURA

Atalaia – 16:40 – 05/05/2000

Estava caminhando na praia,
era tarde, era paz, era eu e minha própria solidão.
A areia calçava os meus pés
e meus pés registravam meus passos
mas o pensamento, vil e traiçoeiro era distante, era duro em sua viagem!!!
O andar sereno dos pés, contrastava com as nuvens que cobriam a minha mente.
Aos poucos, a sensação de bem estar foi subindo pelas minhas pernas e se entranhando em meu corpo.
Aos poucos, a natureza foi se incorporando em mim,
Aos poucos as nuvens foram substituídas por raios de sol,
Aos poucos os passos tornaram-se mais suaves e o corpo estava sendo o que devia.
E devendo ser o que podia, porque a paz era o que existia.
caminehri com desenvoltura, olhei meus passos e descobri que
a praia, o horizonte, as ondas, eram o medicamento que minha alma precisava.
Parei e encontrei a paz!!!



400 ANOS DE LENDAS E MITOS:

a construção da sergipanidade
e a prata de Itabaiana

José de Almeida Bispo

A humanidade pode ter a cabeça nas nuvens; mas caminha mesmo é no seu estômago, em primeiro lugar; seguido de imediato pelo bolso. “Todo artista tem de ir aonde o povo (o dinheiro) está”, já afirma o poeta. A necessidade está acima de tudo. Daí nascem os sonhos, os devaneios, geram-se as quimeras.

Sergipe tem várias datas no seu calendário cívico, com destaque para aquela que é o feriado estadual de 8 de julho, certamente uma das maiores, porém, a maior, referente à sua data de nascimento, qual seja o 1º de janeiro é literalmente ignorada. E uma que a historiografia sergipana, quando não a ignora, sequer a mencionando a ridiculariza: 16 de julho: nascimento da Lenda da Prata de Itabaiana.



por mm
precioso
grandes

A enorme área compreendida entre os rios Paraguaçu e São Francisco foi o teatro de ação do entradista Melchior Dias Moreira.



ALVARÁ para Francisco Dias de Avila ir descobrir no Brasil minas de prata, ouro, pedras e mais minerais, sem ter de dar contas aos Governadores ou outros ministros.

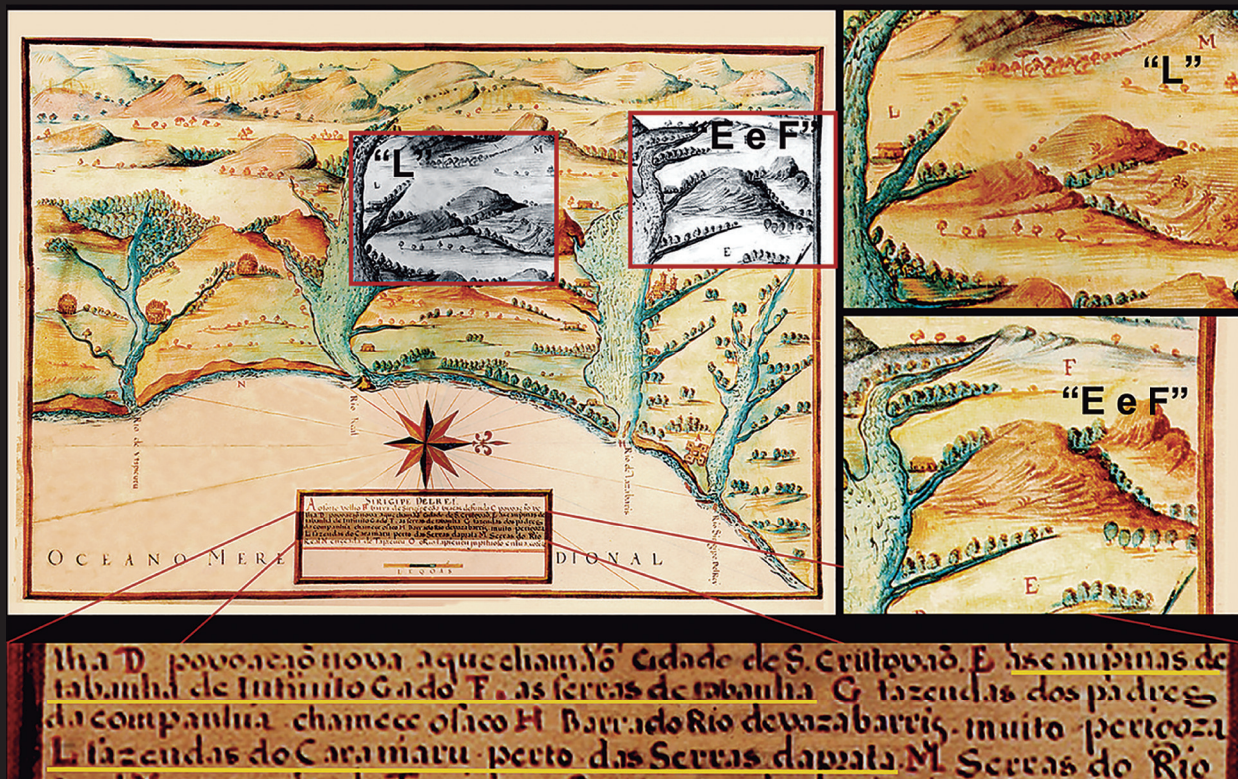
(Madrid, 21 de abril de 1624).

Fonte: Anais, Bibl. Nacional, Rio, vol. 61, p. 315

Incógnita nada desprezível: Por que a capitania de Sergipe?

É fato que a conquista de Sergipe em 1º de janeiro de 1590 liberou a comunicação terrestre entre Olinda e Salvador, e principalmente reabasteceu o forte mercado de escravos indígenas a sortir os engenhos do Recôncavo baiano e principalmente o moinho de homens que era a enorme frota comercial portuguesa; mas, por que o salto de 150 quilômetros entre o Recôncavo e Itabaiana para se criar gado?

“Antes de ser agricultor, Sergipe foi pastor”, disse com toda propriedade Felisbello Freire. É que até a invasão holandesa em Sergipe, especialmente nos entornos das serras de Itabaiana e dos Palmares, em Tobias Barreto, em menor monta, Sergipe foi o curral abastecedor de carne, couro e força motriz das duas áreas mais desenvolvidas do Brasil no século XVII: Bahia e Pernambuco. E, enquanto os bois pastavam sob olhares e aboiros, aventureiros e enviados do governo vasculhavam o solo em busca de algo mais valioso.



Prata mais importante que ouro?

Ouro e prata são velhos conhecidos da humanidade e usados como depósitos de valores, dinheiro; todavia, politicamente, o ouro só assume grande importância nos jogos de poder quando Nathan Rothschild acumula fartas somas do metal na poderosa Inglaterra com vistas a uma guerra longa contra Napoleão Bonaparte, que, porém, surpreendentemente é derrotado por Wellington em Waterloo, em 18 de junho de 1815. Antes disso impérios como o assírio foram construídos ou destruídos financiados pela prata; e assim se seguiu, desde o primeiro tirano ateniense, Peisistratus (546 a. C.), enriquecido com a prata de Laurium, aos embates entre Atenas e Esparta, corrompidas pela prata persa; dos romanos, ao nascer da república, indenizando os celtas (390 a. C.), ao poderosíssimo exército de Aníbal Barca a derrotar a mesma Roma; exército financiando com a prata das minas da Espanha, à época colônia cartaginesa. E, 1750 anos mais tarde veio a formação do maior império da história humana, o luso-espanhol dos tempos filipinos, com a prata sendo sempre o principal financiador do poder.

Nasce uma lenda

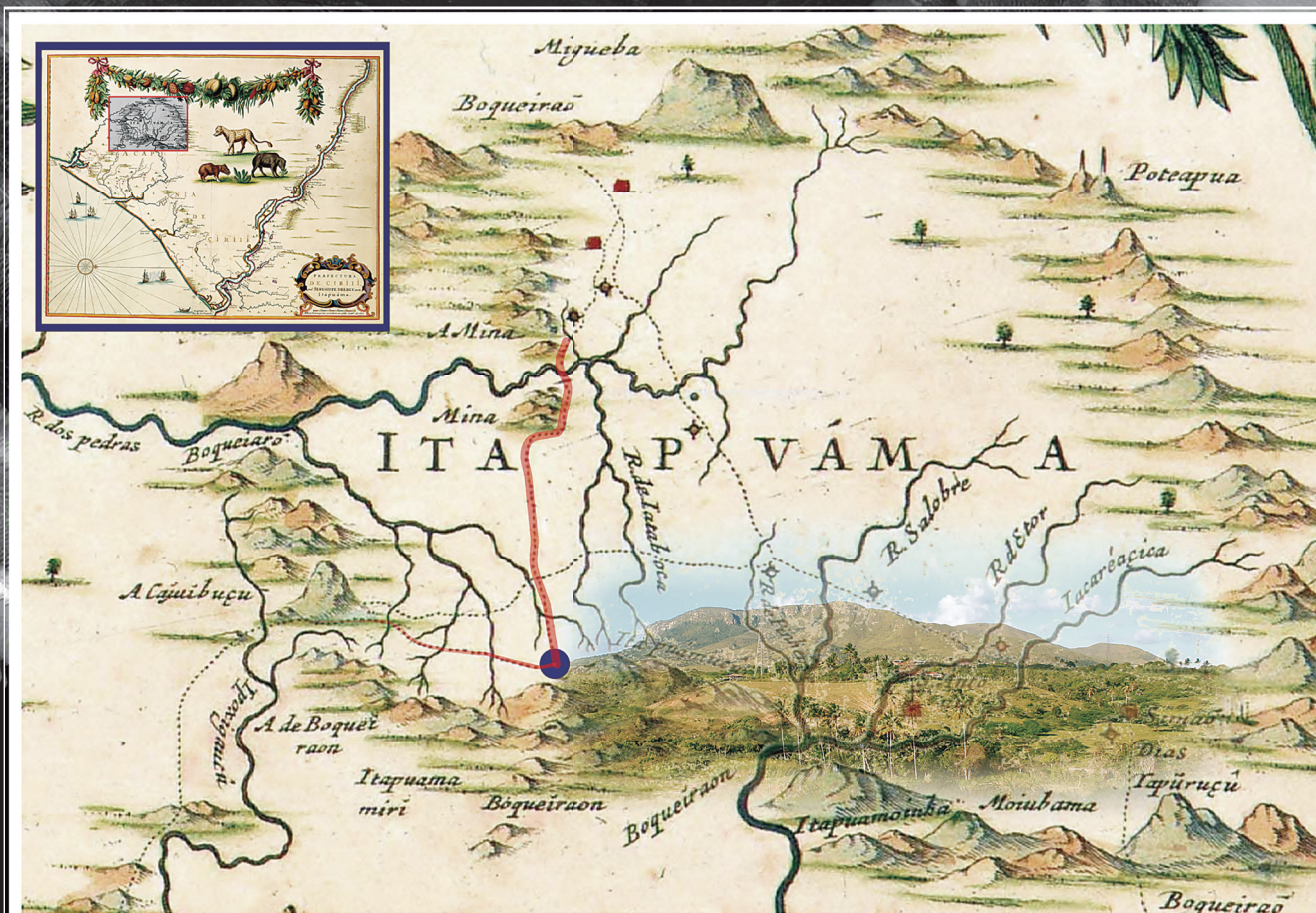


Há exatos 400 anos, em 16 de julho de 1619, provavelmente numa colina ordinária do povoado Gandu II, próximo ao atual Parque dos Falcões, no pé da serra de Itabaiana, no mesmo município teve lugar o desfecho de uma história que já há três décadas alvoroçava as cabeças dos poucos imigrantes europeus que por aqui aportaram a partir de 1500, em todo o Brasil.

Vivia-se a fantasia do El Dorado em todo o continente americano, e, mormente no Brasil, com o encontro da mina de Cerro Rico em Potosi, hoje Bolívia, em 1534, isso passou a ser uma mania daqueles tempos. O caminho natural da prata de Potosi para a Espanha passava por toda a costa brasileira. Isso incensava ouvidos receptivos em seus portos, desde Cananeia-SP a Olinda-PE. Como centro do Brasil, Salvador era onde se concentrava mil boatos de prata. Ali, Melchior Dias Moreia, um neto de Diogo Álvares Correia, o Caramuru e já senhor de terras no Recôncavo, em Tobias Barreto e Itabaiana foi nomeado escrivão da Câmara em 6 de fevereiro de 1597, e a seguir, da Alfândega soteropolitana, então a mais importante das Américas, por onde passavam quase todos os navios em direção Índia e à China; e ponto de apoio as corvetas espanholas carregadas de prata da Bolívia em direção à Espanha.

Melchior Dias Moreia vinha de avultada aventura de entradista aos sertões do Urubu, como assim era conhecido todos os sertões para além do Recôncavo, quer para o norte, quer para o oeste. Vem daí o nome original de Propriá, Sertão do Urubu de Baixo, ou Sertão de Baixo, em contraposição ao Sertão de Cima, hoje norte baiano. Sucedia ele aos dois desafortunados irmãos e seus parentes, João Coelho de Souza e depois o historiador Gabriel Soares de Souza, mortos ao tentar achar a mítica prata.

Não ficou claro se os cargos de governo já o foram como sinal boas intenções do rei Felipe III, já de posse da sua carta, comu



Numa simples colina ao pé da grande serra, os destinos de um homem, de um lugar e de um país viraram lenda em 16 de julho de 1619.

nicando o achado, ou não; mas o fato é que um dos pedidos de compensações de Melchior por entregar as minas de prata ao rei se referia a um título de Marquês das Minas, e que foi dado a D. Francisco de Souza em 1606, deixando-o a ver navios. Além de três cartas enviadas ao rei, esteve pessoalmente em Madri; mas depois dessa nomeação se fechou em si mesmo.

O governo de D. Francisco de Sousa no Rio de Janeiro malogrou em encontrar minérios, contudo, atiçou a curiosidade do seu sobrinho, D. Luiz de Souza, nomeado governador de Pernambuco em 25 de maio de 1616, que passou a trocar correspondências frequentes com Melchior, conseguindo em 28 de fevereiro de 1618 uma carta da corte espanhola nomeando Melchior como descobridor da prata; porém nada de o conceder o título de mar-

quês almejado. De fato, garantias nulas; até mesmo no “Regimento que S. M. D. Filipe II mandou passar sobre as minas do Brasil,” de 8 de agosto do mesmo ano.

Em 1619 D. Luís foi nomeado governador geral na Bahia. Marcada a posse, D. Luís de Souza se fez acompanhar na passagem de mais dois governadores de capitanias e veio com numeroso séquito de soldados ao encontro de Melchior, na barra do rio Real, em 15 de julho. Ali encontraram-se, e Melchior pôs-se a testar se realmente estava sendo passado para trás, ludibriado. Somente no dia seguinte, ao chegar ao pé da serra de Itabaiana deu-se a contenda que sepultou a mina de São Pedro para sempre, e fez nascer a lenda de que a prata estaria em Itabaiana. Melchior pediu pelas mercês requeridas em troca da entrega da mina e o governador negaceou. Como

Expedições oficiais e aventureiros tentaram sem sucesso; desde o mais disfarçado possível à grande expedição de D. Rodrigo de Castelo Branco, de 1674, que, de concreto apenas deixou a fundação da Paróquia de Santo Antônio e Almas, em 30 de outubro de 1675, parte indissociável na fundação da cidade. Se houvesse prata, obviamente. A sede paroquial, 22 anos mais tarde, em 1697 transformou-se em sede municipal, emancipada, portanto, mas na condição de vila, que assim permaneceu até 28 de agosto de 1888 quando ganhou o título de cidade.

Disso, porém, consolidou-se a ocupação da terra e a identidade do ser sergipano.



Renato Mazze Lucas

O CENTENÁRIO DE UM CONTADOR DE HISTÓRIAS

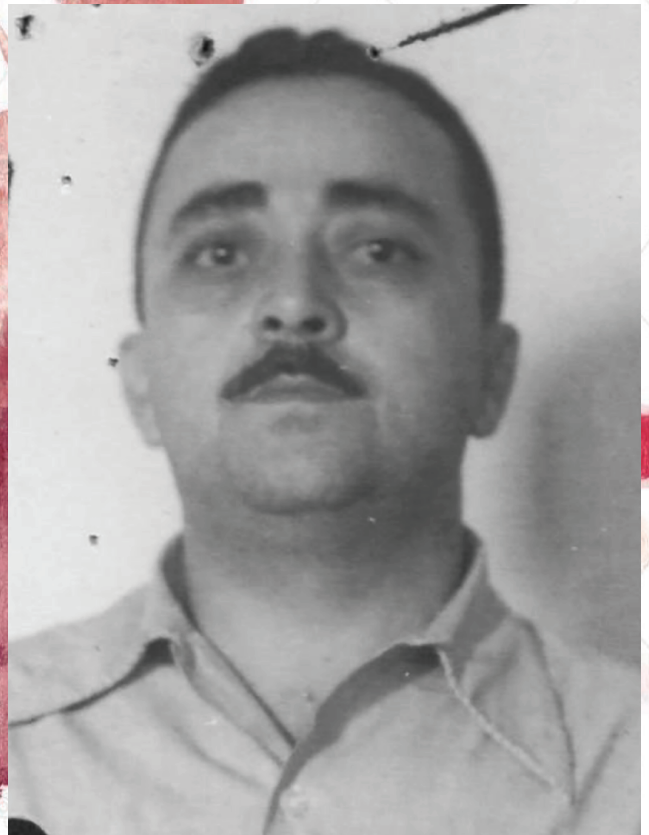
Clóvis Barbosa



Ele nasceu em Pojuca, região metropolitana de Salvador, capital da Bahia, em 16 de abril de 1919. Mas lá sua vida foi efêmera. Após dois anos de nascido já estava em Sergipe. Voltou a Salvador para estudar medicina na sua adolescência, onde, entre idas e vindas, passaram-se oito anos. O resto de sua vida — até 13 de dezembro de 1985, quando morreu de acidente vascular cerebral — foi em Aracaju e Itabaiana, torrões que ele amou e onde construiu uma bela história de vida. O Lucas é do seu avô paterno, que veio da Itália radicar-se em Mangue Seco; o Mazze, do avô materno, também italiano, que veio morar nas proximidades de Terra Caída, às margens do rio Indiaroba, pequeno afluente do Piauitinga. Essas viagens a Mangue Seco, Terra Caída e adjacências, o contato com os avós e suas histórias de luta, sofrimento e saudades da pátria distante, influenciaram no seu lado intelectual e na vontade, mais tarde, de contar histórias.

Ainda na Bahia, como estudante, Mazze Lucas aproximou-se dos intelectuais baianos de então, que se reuniam em torno da publicação da “Seiva” — a primeira revista do Partido Comunista Brasileiro — numa espécie de bunker da esquerda baiana, onde estavam alojadas figuras como João Falcão (jornalis-

ta), Jacob Gorender (historiador e cientista social), Luiz Viana Filho, Odorico Tavares, Walter da Silveira, Dias da Costa (irmão de Dias Gomes), Jorge Amado, além de vários nomes nacionais que colaboravam com artigos e crônicas para a revista, como Rubem Braga, Carlos Lacerda (sob o pseudônimo de Marcos Pimenta), Carlos Drummond de Andrade, Ledo Ivo, Leôncio Basbaum, Murilo Mendes e outros. De Sergipe, José Sampaio, Enoch Santiago Filho, Aluysio Mendonça Sampaio, Abelardo Romero, Joel Silveira e





Jenner Augusto, também contribuíram para o sucesso da revista que, apesar de sediada na Bahia, tinha circulação nacional.

Com essa influência da capital baiana, Mazze filiou-se ao Partidão logo após a redemocratização do país, com o fim da Segunda Grande Guerra Mundial. Foi candidato a Deputado Estadual Constituinte em 1947, tendo como colegas de chapa Percílio de Oliveira, Ofenísia Freire, Franco Freire, Carlos Garcia, Hernani Prata e Armando Domingues, este último eleito por ter sido o mais votado do Partido Comunista. Após o casamento com uma paripiranguense que conheceu em Carira quando ali clinicava, Helena Rabelo, foi residir em Itabaiana, local de nascimento dos seus primeiros dois filhos, Vladimir e Anísio Dário. O primeiro para lembrar a figura de Vladimir Ilitch Ulianov, o Lênin, e o segundo em homenagem a um líder operário sergipano morto pela polícia. Os dois filhos mais novos, Raimundo e Tânia,

nasceram em Aracaju. Na Princesa da Serra, aproximou-se de um grupo ligado à cultura e às letras, onde se destacavam José Crispim, Tenisson Oliveira, José Silveira e Antônio Oliveira.

A sua formação cultural ganhou força em Itabaiana, onde, ao lado da sua militância política – sempre direcionada para a construção de um mundo melhor, mais solidário e igualitário – conheceu figuras exponenciais daquele município. As suas histórias, transformadas em contos, geralmente curtos, são fruto da vivência com homens rudes e simples, como pescadores, motoristas, soldados, loucos, feirantes, carregadores, peões, etc. A sua experiência como médico psiquiatra, cuidando da prevenção, diagnóstico, tratamento e reabilitação das mais diferentes formas de sofrimentos mentais, fez dele um observador acurado do comportamento humano, forjando uma aptidão incomum na arte de recriar as coisas que viu ou ouviu.

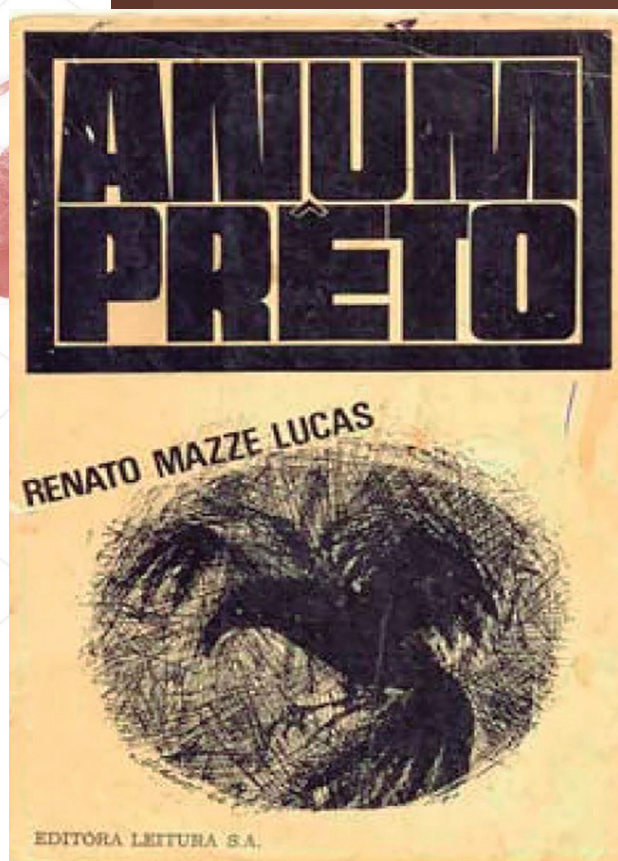


Ilustração:

E é sabido que, de todos os atributos humanos, o talento certamente é o mais excêntrico. Por quê? É que ele, ordinariamente, não se compatibiliza com outras qualidades.

A título de exemplo, e lançando mão do próprio discurso popular, é lícito afirmar que os homens talentosos, no mais das vezes, não são humildes, mas vaidosos. Não são metódicos, mas intuitivos. Não são organizados, mas extremamente confusos em suas arrumações. Não são cautelosos, mas impaciente-mente agoniados. Vê-se, por conseguinte, que o talento acaba por espantar características igualmente desejáveis como modéstia, disciplina, esmero e paciência. De que forma, por exemplo, se poderia esquecer do talentoso pai da relatividade, ganhador do Nobel, que, aqui e ali, desafiava Deus, fazia cálculos no verso

de envelopes usados, tirava fotos com os cabelos assanhados e mostrava a língua quando ia cumprimentar alguém? Noutras palavras, o talento traduz uma bomba. Mas nem sempre. Às vezes ele propicia um saboroso e colorido espetáculo de pirotecnia. Especialmente quando o talentoso é, ao mesmo tempo, modesto, disciplinado, esmerado e, acima de tudo, paciente.

Mazze Lucas tinha o atributo do talento, principalmente no trato com a loucura, uma vez que, para ele, a insanidade está presente em todos nós, sem exceção. Poderia ele perquirir, como Erasmo em sua obra *Elogio da loucura*: seria suportável a vida, com suas desilusões e desventuras, se a lou-





Renato Mazze Lucas no lançamento de *Anum Preto*, na Galeria Álvaro Santos, 1967. Zulmira e Leonardo Alencar.



Renato Mazze Lucas no lançamento de *Anum Branco*, em Itabaiana, 1961.

Da esquerda para direita:
José Silveira, José Crispim,
Padre Artur e Pedro Garcia Moreno.

cura não suprisse as pessoas de um ímpeto vital irracional e incoerente? Não é mérito da loucura haver no mundo laços de amizade que nos ligam a seres perfeitamente imperfeitos e defeituosos? Aliás, a Bíblia diz que o número de loucos é infinito, e que todo homem se torna louco por sua sabedoria, e ainda que no coração dos sábios há tristeza; no coração dos loucos, a alegria. Essa experiência como alienista, aliada ao interesse pelos seus semelhantes, faz de seus contos, unidos em duas obras principais – *Anum Branco* e *Anum Preto* – uma leitura simpática e bem recebida pelo leitor, tal é o tratamento de compreensão e humanização com que visualiza a loucura.

Nos anos 80 do século passado estava no Instituto Goethe, em Salvador, numa jornada de cinema, quando fui apresentado ao jornalista e escritor baiano Guido Guerra. Ao saber que era de Sergipe, foi logo per-

guntando se eu conhecia Renato Mazze Lucas. Disse que sim e, em resposta, fez os mais largos elogios à obra Mazzeana e à forma narrativa dos seus contos. Esse encontro fez-me adquirir *Anum Branco* e *Anum Preto*, mas somente os li por volta de 2009 ou 2010. Fiquei embasbacado com o tratamento de solidariedade do narrador aos personagens, sempre explorando os pontos positivos, humanos, seus sonhos, suas angústias, numa linguagem marcada pela intensidade da narração. Não seria exagero afirmar que estamos tratando de um escritor regionalista, como explicitado por Nelson Werneck Sodré, marcado por um pequeno realismo, preocupado em retratar as minúcias do vestuário, da linguagem, dos costumes, das paisagens e em valorizar o caráter exótico e grandioso da natureza brasileira.



Nesse ambiente, *Anum Branco* nos apresenta vinte e duas histórias, entre contos e crônicas, de conteúdo intensamente humanista, às vezes coadjuvados pelo humor de alguns dos personagens. Como diz Nestor de Holanda, ao analisar a sua obra (Rio de Janeiro, Diário Carioca, 10. ago.1961), Renato Mazze Lucas interessa-se pelos seus semelhantes, gosta da humanidade. E sabe emocionar o leitor. Sobre os vinte contos do seu segundo livro, Abdon Lima, em *Anum Preto* (Renato Mazze Lucas. Rio de Janeiro, Editora Leitura, 1967), diz: “Se é verdade que os

ficcionistas põem em seus personagens um pouco de si mesmos, dos seus sentimentos, de suas volições, de suas alegrias e tristezas, então em todos os que desfilam pelas páginas de ‘Anum Preto’, ao contar-nos suas vidas, vamos encontrar o Dr. Renato Lucas, que no seu contato diuturno com os seus irmãos no mundo, ‘bebeu o leite da bondade humana’, de que nos fala Shakespeare”.

Uma desavença familiar – fruto de um romance extraconjugual – levou à destruição o terceiro livro de contos que pretendia lançar, mas os seus escritos esparsos, através de publicações em jornais e revistas de Sergipe e de fora do Estado, estão a merecer uma garimpagem, proporcionando o conhecimento da sua vasta obra pelas novas gerações. A sua opção política pelo Partido Comunista o levou à prisão várias vezes, sendo a de maior tempo aquela ocorrida em 1952, quando, durante onze meses, esteve detido na Penitenciária de Aracaju ao lado de diversos intelectuais sergipanos, como Osório Ramos, José Rosa de Oliveira Neto, Otávio Dantas, Róbério Garcia e outros. Esse período proporcionou a Mazze Lucas a leitura de clássicos da literatura e a produção dos seus primeiros contos, que seriam lançados posteriormente na imprensa de Sergipe. Embora se afastasse do Partidão nos anos seguintes, nunca abandonou as ideias socialistas.

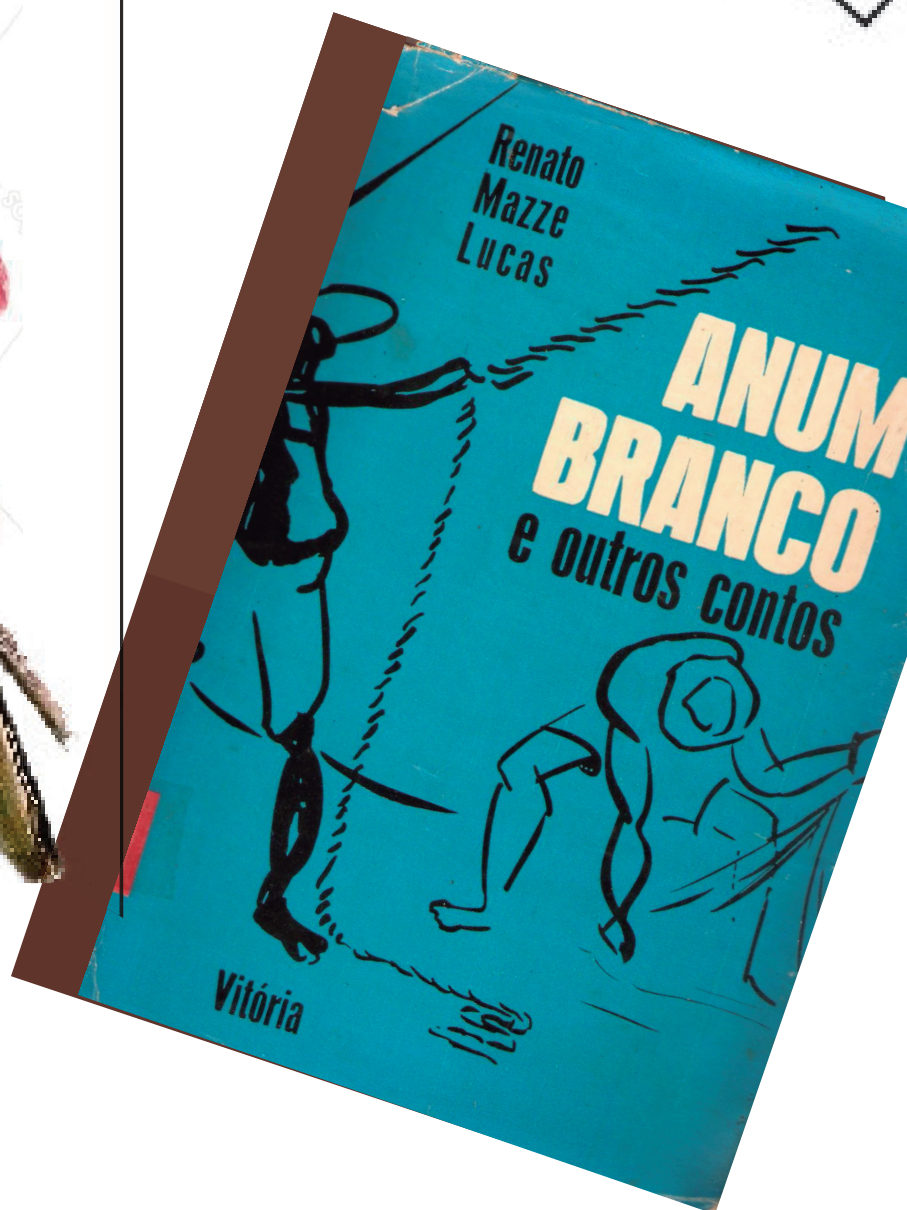
Numa terra onde a memória do seu povo é esquecida pelos órgãos oficiais, neste cen-



Anum branco



tenário de Renato Mazze Lucas e de tantos outros em 2019 – a romancista Alina Paim, o poeta Santo Souza e o escritor Enoch Santiago Filho – resta a esperança nas entidades culturais privadas, Instituto Histórico e academias de letras, para que a cultura sergipana não seja esquecida no labirinto do tempo. Que os nossos pesquisadores, a exemplo de Marcelo Ribeiro e Gilfrancisco, continuem nas suas ousadas garimpagens à procura de outros tesouros dos nossos literatos e dos nomes que elevam a história do Estado. Enfim, Renato Mazze Lucas poderia ser colocado entre os clássicos contadores de histórias da vida real, com atenção aos que estão no andar de baixo do nicho social. A imaginação e o bom humor estão contidos na sua narrativa, unindo a fantasia com elementos grotescos.



“A EDISE tem a grande
satisfação em fazer
parte dessas histórias”.



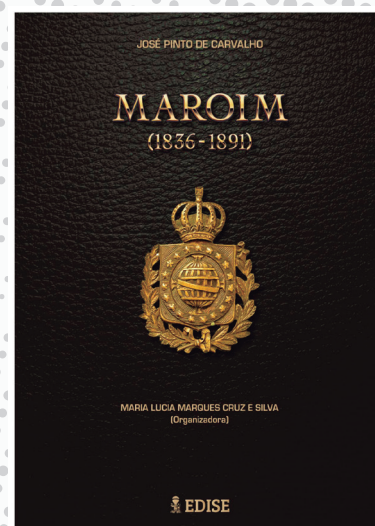
Cantos e Encantos da 4ª cidade mais antiga do Brasil

Mônica Maria Liberato
Lício Valério Lima Vieira



São Cristóvão
Sergipe

EDISE
2ª edição



SERVIÇOS GRÁFICOS DE SERGIPE
Segrase

 /segrase  @segrase
 segrase@segrase.se.gov.br

Rua Propriá, 227 - Centro - Aracaju/SE

Tel: 79 3205 7421

Tenha nossos livros em sua casa.
Compre pelo site: www.segrase.se.gov.br/edise